



EMEF
EMPRESA
DE MANUTENÇÃO
DE EQUIPAMENTO
FERROVIÁRIO, S.A.



RELATÓRIO
DE GESTÃO

DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS

2016



EMPRESA
DE MANUTENÇÃO
DE EQUIPAMENTO
FERROVIÁRIO, S.A.

RELATÓRIO
DE GESTÃO

DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS

2016

RELATÓRIO DE GESTÃO

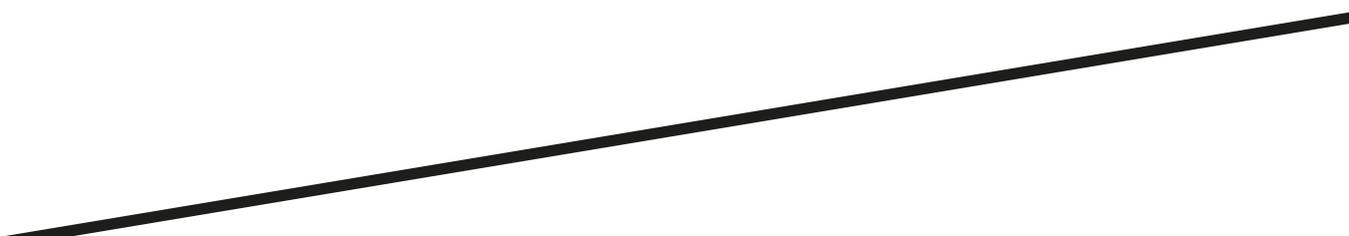
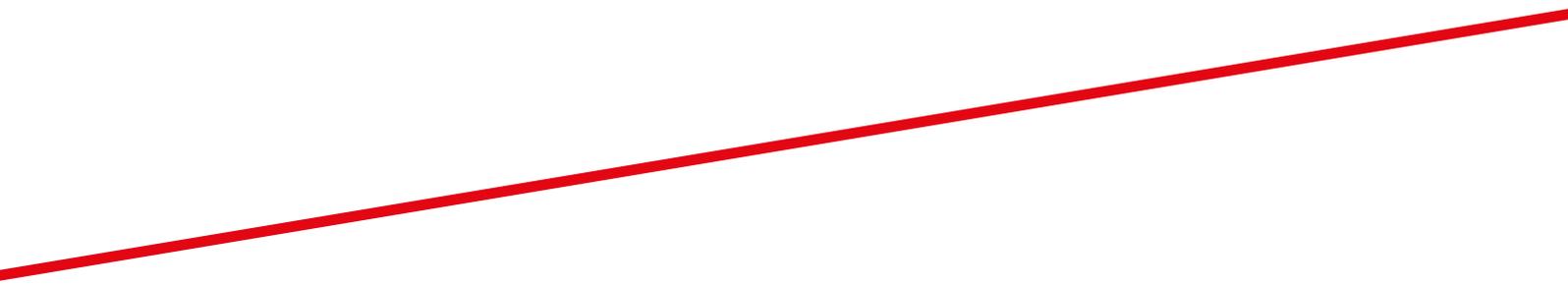
| | |
|----|---|
| 9 | Mensagem do Presidente |
| 10 | Síntese de indicadores |
| 11 | Enquadramento do ano |
| 14 | I. Relatório da Atividade |
| 15 | 1. Conjuntura económica |
| 16 | 2. Atividade desenvolvida |
| 22 | 3. Desenvolvimento do negócio |
| 24 | 4. Análise económica e financeira |
| 31 | 5. Investimentos |
| 32 | II. Cumprimento das Orientações Legais |
| 33 | 1. Objetivos de gestão |
| 34 | 2. Gestão do risco financeiro |
| 35 | 3. Limite de crescimento do endividamento |
| 36 | 4. Prazo médio de pagamentos e divulgação dos atrasos nos pagamentos |
| 36 | 5. Cumprimento das recomendações do acionista |
| 37 | 6. Remunerações |
| 38 | 7. Estatuto do gestor público |
| 39 | 8. Despesas não documentadas ou confidenciais |
| 39 | 9. Relatório sobre remunerações pagas a homens e mulheres |
| 39 | 10. Relatório Anual sobre Prevenção da Corrupção |
| 40 | 11. Contratação pública |
| 40 | 12. Sistema Nacional de Compras Públicas |
| 41 | 13. Frota automóvel |
| 41 | 14. Medidas de redução de gastos operacionais |
| 42 | 15. Princípio da Unidade de Tesouraria de Estado |
| 43 | 16. Auditorias conduzidas pelo Tribunal de Contas |
| 43 | 17. Informação divulgada no <i>site</i> do SEE |
| 43 | 18. Sistematização da informação quanto ao cumprimento das orientações legais |
| 46 | III. Factos relevantes após o termo do período |
| 48 | IV. Proposta de aplicação dos resultados |

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E NOTAS

| | |
|--|-----------|
| Demonstrações Financeiras | 52 |
| Balanço | 53 |
| Demonstração dos Resultados | 54 |
| Demonstração de Fluxos de Caixa | 55 |
| Mapa das Demonstrações das Alterações no Capital Próprio | 56 |
| Notas às Demonstrações Financeiras | 60 |
| 1. Identificação da entidade | 61 |
| 2. Referencial contábilístico de preparação das demonstrações financeiras | 62 |
| 3. Adoção pela primeira vez das NCRF – Divulgação transitória | 64 |
| 4. Principais políticas contábilísticas | 64 |
| 5. Fluxos de caixa | 76 |
| 6. Políticas contábilísticas, alterações nas estimativas contábilísticas, erros e reexpressões efetuadas | 77 |
| 7. Ativos fixos tangíveis | 77 |
| 8. Ativos intangíveis | 79 |
| 9. Participações financeiras – método da equivalência patrimonial | 80 |
| 10. Participações financeiras – outros métodos | 82 |
| 11. Inventários | 83 |
| 12. Clientes | 87 |
| 13. Estado e outros entes públicos | 89 |
| 14. Outros créditos a receber | 90 |
| 15. Diferimentos | 91 |
| 16. Capital subscrito | 93 |
| 17. Outros instrumentos de capital próprio | 93 |
| 18. Reservas legais | 93 |
| 19. Outras reservas | 94 |

| | |
|-----|---|
| 94 | 20. Resultados transitados |
| 95 | 21. Provisões |
| 96 | 22. Financiamentos obtidos |
| 97 | 23. Outras dívidas a pagar |
| 98 | 24. Fornecedores |
| 99 | 25. Vendas e serviços prestados |
| 99 | 26. Subsídios à exploração |
| 100 | 27. Ganhos/perdas imputadas de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos |
| 101 | 28. Variação nos inventários da produção |
| 101 | 29. Trabalhos para a própria entidade |
| 102 | 30. Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas |
| 103 | 31. Fornecimentos e serviços externos |
| 104 | 32. Gastos com o pessoal |
| 105 | 33. Outros rendimentos |
| 106 | 34. Outros gastos |
| 107 | 35. Gastos/reversões de depreciação e de amortização |
| 107 | 36. Juros e gastos similares suportados |
| 108 | 37. Imposto sobre o rendimento do período |
| 109 | 38. Partes relacionadas |
| 111 | 39. Garantias e avales |
| 111 | 40. Locações operacionais |
| 112 | 41. Matérias ambientais |
| 114 | 42. Outras informações |
| 114 | 43. Acontecimentos após a data de balanço |







Conhecimento no lugar certo
Knowledge in the right place
emef.pt

RELATÓRIO DE GESTÃO





MENSAGEM DO PRESIDENTE

Findo o exercício de 2016, regista-se mais um ano de caminho, trilhado pela EMEF, desde a sua constituição.

Tratou-se de um ano de muito trabalho e de muito esforço para a Empresa que, face aos desafios que lhe foram colocados, se viu a braços com a necessidade de agregar todos os esforços na demonstração da sua sustentabilidade e da sua viabilidade.

Modéstias à parte, aprez-nos registar que a Empresa ultrapassou esses desafios com distinção.

Prova disso mesmo é o positivo resultado líquido do exercício, explanado e demonstrado no presente relatório, de cerca de 3,5 Milhões de Euros.

Resultado muito positivo, atingido ainda num quadro de constrangimentos à gestão e laboração, decorrentes das dificuldades financeiras e orçamentais que atravessam o sector, mas que só demonstra que os trabalhadores da EMEF não se resignaram à mera manutenção do estado das coisas, antes tendo pugnado, todos e em equipa, por fazer mais com menos, demonstrando a sua capacidade, zelo e competência.

Se assim não fosse, não se teriam alcançado tais resultados, pelo que todos estão de parabéns.

Temos noção de que, apesar dos esforços tidos para o efeito, a modernização e rejuvenescimento dos recursos da empresa ficaram aquém do pretendido, mas não foi por isso que o trabalho deixou de ser feito, nem foi por isso que a EMEF deixou de trilhar o caminho da consolidação financeira, da busca de novos clientes e mercados, e da otimização dos seus processos e atividade.

É do conhecimento público que, por fatores externos, a empresa enfrenta novos e prementes desafios quanto à sua forma e sustentabilidade, mas os resultados atingidos permitem encarar com otimismo o futuro, tendo por certo que, aconteça o que acontecer, os comboios continuarão a andar e a EMEF e o seu percurso são inalienáveis da história da ferrovia portuguesa.

Sem medo de nos repetirmos, porque é devido, cumpre louvar todos os trabalhadores da EMEF sem os quais os resultados atingidos não teriam sido possíveis.

Manuel Tomás Cortez Rodrigues Queiró

SÍNTESE DE INDICADORES

Os resultados de atividade são expressos nos indicadores do quadro seguinte:



INDICADORES (milhares de euros)

| | 2016 | 2015 | Δ % |
|----------------------------|--------|--------|------|
| Resultados | | | |
| Resultado Operacional | 4 383 | 2 209 | 98% |
| Rendimentos Operacionais | 66 388 | 60 637 | 9% |
| Gastos Operacionais | 62 005 | 58 428 | 6% |
| EBITDA* | 5 374 | 3 138 | 71% |
| Resultado Líquido | 3 500 | 1 378 | 154% |
| Negócio | | | |
| Volume de Negócios | 63 045 | 58 562 | 8% |
| VAB | 30 949 | 29 096 | 6% |
| VAB <i>per capita</i> | 30 | 29 | 3% |
| Investimentos | | | |
| Investimentos | 658 | 399 | 65% |
| Recursos Humanos | | | |
| Efetivo Final do Exercício | 1 048 | 979 | 7% |
| Efetivo Médio | 1 017 | 988 | 3% |

* Inclui rescisões por mútuo acordo e perdas por imparidade



ENQUADRAMENTO DO ANO

1. PROCESSO SA.41727 – COMISSÃO EUROPEIA/DGCOMP: ALEGADOS AUXÍLIOS ESTATAIS À EMEF

A Comissão Europeia encontra-se a investigar o Estado Português por alegados auxílios de Estado à EMEF. A investigação foi desencadeada no seguimento de uma queixa apresentada por um terceiro, tendo dado início a um processo formal de investigação aprofundada, no dia 2 de junho de 2016.

O destinatário direto desta investigação é o Estado Português. Assim, e como decorre da legislação europeia aplicável, a EMEF – na sua qualidade de alegada “beneficiária” dos auxílios – tem neste procedimento um papel secundário (e formalmente pouco interventivo).

A investigação está em curso, não tendo a Comissão adotado qualquer decisão final, sendo que a EMEF se encontra a colaborar com o Estado Português na demonstração da inexistência de auxílios de Estado que, sustentadamente, considera não ter recebido.

2. INÍCIO DA INTERVENÇÃO DE MEIA VIDA DOS ALFA PENDULARES (PROJETO R1 CPA4000)

No seguimento da concessão do visto prévio do Tribunal de Contas ao contrato, celebrado com a CP para a intervenção de meia vida dos Alfa Pendulares, iniciou-se o respetivo projeto designado por “R1 CPA4000”. Este grande projeto de “refurbishment” está a ser conduzido por uma equipa de projeto exclusivamente dedicada, tendo a colaboração e integração de diversos subcontratados para as diferentes áreas da intervenção, e permitirá dar nova vida e imagem, mais moderna, aos Alfa Pendulares, aumentando o conforto dos passageiros.

3. CELEBRAÇÃO DE CONTRATO COM A PROMETRO PARA OS SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO DA FROTA DO METRO DO PORTO

Na sequência do aditamento ao Contrato de Subconcessão celebrado em 31 de março de 2016 entre a Metro do Porto, S.A. e a Prometro, foi adjudicada pela subconcessionária à EMEF a prestação de serviços de manutenção do Material Circulante da frota do Metro do Porto, por um período de 24 meses (até abril de 2018).

4. REVISÃO DOS 960.000 KM DOS VEÍCULOS EUROTRAM DA METRO DO PORTO

Após concessão de visto prévio do Tribunal de Contas ao contrato de Revisão Geral dos 960.000 km dos veículos Eurotram da Metro do Porto, celebrado com esta entidade na sequência de Concurso Limitado por Prévia Qualificação lançado para o efeito, assistiu-se em 2016 ao início da execução do contrato. Tratando-se de processo concorrencial, a EMEF afirmou-se uma vez mais como uma empresa de mercado, que opera numa lógica de concorrência.

5. REPARAÇÃO DE ROTÁVEIS PARA A FERTAGUS

A EMEF logrou a confiança da Fertagus para a revisão geral e reparação dos componentes da sua frota de material circulante, concretamente Distribuidores de Freio, Blocos de Freio, Compressor Principal, Estrutura Bogie Motor e Baterias.

Tratando-se de intervenções em componentes de segurança e potência essenciais, o projeto em causa representa, não só um aumento da participação da EMEF junto deste cliente privado, mas também mais um passo no aumento do *share* da Unidade de Rotáveis na atividade da EMEF, confirmando a viabilidade e interesse nesta aposta de futuro.

6. PRORROGAÇÃO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PARA O SIMEF

Foi prorrogado o contrato de prestação de serviços de manutenção celebrado em 2009 entre a EMEF e o SIMEF por um período adicional de 5 anos (até 30 de abril de 2026), de forma a coincidir com o novo prazo de vigência estabelecido no Contrato de Cessão Parcial de Posição Contratual e de Alteração ao Contrato de Manutenção celebrados entre a CP, a Medrail e o SIMEF.

7. CONVERSÃO DE DÍVIDA DE CURTO PRAZO EM MÉDIO E LONGO PRAZO

Foi formalizado um acordo de pagamento de dívida com a CP, por um prazo de 9 anos, que converte num único contrato de empréstimo a médio e longo prazo os empréstimos concedidos no valor de 13,5 milhões de euros.

8. REORGANIZAÇÃO DO PARQUE OFICIAL DO ENTRONCAMENTO

De modo a enfatizar uma lógica de organização focada no negócio, foi deliberado autonomizar as áreas de manutenção e reparação de mercadorias e de rotáveis das restantes atividades no Parque Oficial do Entroncamento.

9. IDENTIDADE VISUAL E COMUNICAÇÃO

Com vista à modernização da sua imagem comunicacional e a uma postura mais comercial, em 2016 a EMEF mudou a sua identidade visual, modernizando a sua imagem institucional, nomeadamente na forma de apresentação ao exterior e na uniformização das comunicações internas, com vista a torná-las mais eficientes.

Para tanto:

- Foi elaborado e implementado um novo Manual de Identidade Visual;
- Foi definida uma nova Política de Comunicação, assente em princípios de objetividade e eficiência;
- Foi implementado um sistema informático de gestão documental;
- Foi lançado o projeto “Nós, EMEF” com vista a melhorar e modernizar a comunicação interna da Empresa.



RELATÓRIO DA ATIVIDADE





CONJUNTURA ECONÓMICA

A projeção para a economia Portuguesa para o triénio 2016-2019 indica que esta deverá manter a trajetória de recuperação moderada que tem sido característica dos anos mais recentes. Desta forma, após um crescimento de 1,2 por cento em 2016, o Produto Interno Bruto (PIB) deverá acelerar para 1,4 por cento em 2017, estabilizando o seu ritmo de crescimento em 1,5 por cento nos dois anos seguintes. Esta evolução implica que, no final do horizonte de projeção, o PIB atinja um nível idêntico ao registado em 2008. No período 2017-2019, o crescimento do PIB deverá ser próximo, embora inferior, ao projetado para a área do euro, não revertendo o diferencial negativo acumulado entre 2010 e 2013.

Esta ausência de convergência real face à área do euro reflete a persistência de constrangimentos estruturais ao crescimento da economia portuguesa, no qual assumem uma relevância especial os elevados níveis de endividamento dos setores público e privado, uma evolução demográfica desfavorável e a persistência de ineficiências nos mercados do trabalho e do produto que requerem a continuação do processo de reformas estruturais.

CENÁRIO MACROECONÓMICO 2016-2019 (Projeções do Banco de Portugal 2016-2019) (%)

| | Taxa de Variação | | | |
|---|---------------------|---------------------|---------------------|---------------------|
| | 2016 ^(P) | 2017 ^(P) | 2018 ^(P) | 2019 ^(P) |
| Produto Interno Bruto | 1,2 | 1,4 | 1,5 | 1,5 |
| Consumo Privado | 2,1 | 1,3 | 1,4 | 1,3 |
| Consumo Público | 1,0 | 0,0 | 0,4 | 0,2 |
| Contributo para o crescimento do PIB (em p.p.) | | | | |
| Procura Interna | 0,4 | 0,5 | 0,6 | 0,6 |
| Exportações | 0,8 | 0,9 | 0,8 | 0,9 |
| Índice Harmonizado de Preços no Consumidor | 0,8 | 1,4 | 1,5 | 1,5 |

Fonte: Boletim Económico - dezembro de 2016, Banco de Portugal
(P) Projetado

I RELATÓRIO DA ATIVIDADE // 2.

ATIVIDADE DESENVOLVIDA

Os serviços prestados pela EMEF continuaram a caracterizar-se por uma oferta de manutenção integral das frotas dos seus Clientes, abrangendo três segmentos principais:

- a reparação e a modernização de veículos ferroviários, e dos seus componentes e equipamentos, segmento com características predominantes de produção industrial;
- a manutenção corrente do material circulante, com características de resposta orientada para suporte direto à operação ferroviária dos operadores, tendo associados níveis de serviço para cada tipo de operação, nomeadamente disponibilidade e fiabilidade;
- a reabilitação de material circulante.

Complementarmente à sua atividade principal, a Empresa assegurou ainda:

- o serviço de prevenção permanente para quaisquer intervenções de emergência envolvendo o material circulante;
- as operações de socorro em linha, sempre que necessário;
- a realização de ensaios de calibração em equipamentos de monitorização e medição, quer para utilização interna quer para clientes externos;
- a realização de análises de óleos, lubrificantes e isolantes, para caracterização do seu estado e o dos equipamentos que lubrifica, quer utilizados na manutenção efetuada pela EMEF, quer para clientes externos.

No ano de 2016 ocorreu um aumento considerável nos serviços prestados pela EMEF. O aumento de 8% no volume de negócios foi acompanhado por acréscimos de 3% e 9%, respetivamente, no efetivo médio total e nos gastos operacionais variáveis (consumos faturáveis e subcontratos). Relativamente à produtividade do trabalho na Empresa, esta teve um aumento de 3% face ao ano anterior, quando medida pelo indicador VAB *per capita*.

Os aspetos mais marcantes das atividades desenvolvidas em cada um dos segmentos de intervenção da empresa são seguidamente apresentados.



REPARAÇÃO E MODERNIZAÇÃO

Esta atividade continuou a ser desenvolvida nos Parques Oficiais Norte, Centro e Sul, bem como nas recentes unidades UMER (unidade de mercadorias) e UROT (unidade de rotáveis) cujos estabelecimentos oficiais se localizam em Contumil, Entroncamento e Barreiro.

O seu âmbito continuou a integrar os tipos de reparações programadas no material motor e rebocado de passageiros (reparações tipo R), no material rebocado de mercadorias (reparações de segurança – RS e RSP) e nos equipamentos (reparações gerais - RG e reparações intermédias - RI), outras reparações por causas imprevistas, acidentais ou vandalismos sobre os veículos ferroviários (reparações por avaria - RAV e reparações por acidente - RAC) e ainda modificações/modernizações no material circulante de acordo com o pedido específico dos clientes.

Deu-se início ao **R1 aos CPA4000** com a entrada do CPA4009 em reparação a 20/6/2016, intervenção em curso no final do ano em análise.

A intervenção em causa acontece cerca de 18 anos após o início da operação da frota de dez comboios Alfa Pendular e destina-se a efetuar uma profunda remodelação do interior e exterior das unidades, incluindo alteração de imagem e de sinalética, contando com uma elevada percentagem de incorporação da indústria nacional e tendo como objetivo propor uma nova imagem do produto e serviços oferecidos.

As principais componentes deste projeto são, em cada uma das áreas:

- No exterior: nova pintura, grafismo e sinalética;
- No interior: definição de materiais de revestimento, cores e acabamentos para os salões Conforto e Turística; novo sistema de iluminação; revisão do projeto dos bancos, espumas, estofos e acessórios; novos monitores de vídeo;
- WC / BAR: novo projeto;
- Sinalética: novo sistema de pictogramas e sinalética para o interior.

Esta remodelação abrange ainda as seguintes alterações técnicas:

- Revisão geral dos motores de tração e substituição de cablagens de intercomunicação;
- Instalação de rede ethernet-backbone e suporte de novas funcionalidades de IPTV e Wifi.

Em simultâneo com os trabalhos do R1, esteve em curso o RAC ao veículo BBS devido a incêndio ocorrido em serviço. Envolveu recursos significativos ao nível de inspeções, desmontagem alargada dos interiores, recuperação de estruturas e dos interiores, novas cablagens, quadros e armários elétricos e ensaios finais.

É de salientar ainda no âmbito deste segmento:

- a revisão da consistência dos R2 das UME 3150/3250, principalmente ao nível de interiores (pintura interior de painéis, forras e bancos, substituição de vidros interiores e exteriores) e aprofundamento no domínio técnico;
- o desenvolvimento de trabalhos de preparação para reformulação de carruagens aço inox da série 2240 e em carruagens modernizadas de 2.ª classe similares às atualmente em serviço no Intercidades;
- a reformulação e aprovação pela CP da modificação das carruagens modernizadas de 2.ª classe para instalação de suportes destinados ao transporte de bicicletas.

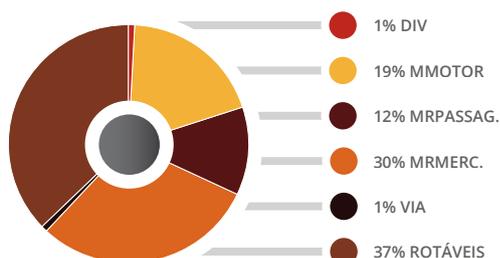
Em termos de **reparações de material motor e rebocado** de passageiros, durante o ano foram concluídos 25 Rs à frota do Cliente CP (15 em carruagens, 4 em automotoras elétricas, 2 em locomotivas diesel e 3 em automotoras diesel) e 4 LPs (3 a CPA 4000 e 1 a carruagens). No que respeita ao **material rebocado de mercadorias**, destacam-se reparações na ordem dos 400 veículos.

A EMEF celebrou com a Metro do Porto um contrato que visa a prestação de serviços relativos à **revisão geral dos 960.000 km em 35 a 40 veículos da sua frota Eurotram**. Esta intervenção, de grande envergadura e limitada no tempo, encontra-se prevista no plano de manutenção daquele material. Os trabalhos iniciaram-se no mês de dezembro de 2016, após concessão de visto prévio do Tribunal de Contas ao contrato celebrado entre as partes em fevereiro de 2016.

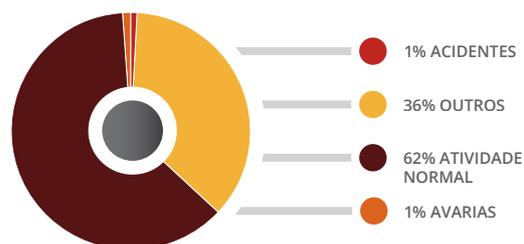
No que concerne à atividade de **reparação de rotáveis** realça-se a assinatura do contrato com a Fertagus relativo à reparação de rotáveis no âmbito da intervenção de R's das UQE3500 pertencentes àquele cliente, nomeadamente: reparação de estrutura de bogies, reparação de blocos de freio; reparação de distribuidores de freio; reparação de compressores e reparação de baterias. A execução do contrato teve início em julho e decorre até 2018.

No seu conjunto, o segmento da reparação permitiu à Empresa realizar, em 2016, rendimentos de 28.089 milhares de euros, o que correspondeu a 44,6% do valor de rendimentos globais da Empresa e uma melhoria em 1,1% relativamente a 2015.

RENDIMENTOS POR TIPO DE MATERIAL



RENDIMENTOS POR INTERVENÇÃO





MANUTENÇÃO

Esta atividade continuou a ser desenvolvida nos três Parques Oficiais e na Unidade de Manutenção de Alta Velocidade abrangendo os estabelecimentos oficiais localizados no Norte (Contumil, Guifões, Sernada do Vouga e Mirandela), no Centro (Entroncamento) e no Sul (Barreiro, Poceirão, Vila Real de Santo António, Campolide, Santa Apolónia e Oeiras).

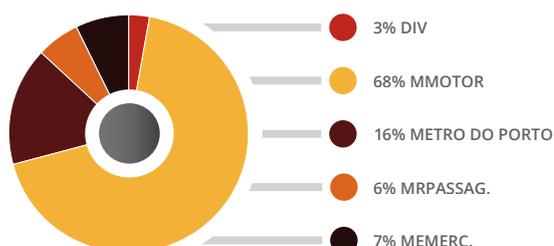
O objetivo desta atividade centrou-se no cumprimento dos programas de manutenção constantes dos contratos específicos da frota/segmento de mercado, de cada cliente: CP, Medway, Metro do Porto e RENFE.

De destacar ainda o início em 2016 da prestação de serviços da manutenção da frota de 11 vagões cisternas da ADP-Fertilizantes ao abrigo do novo contrato abrangendo as quatro funções do Regulamento UE n.º 445/2011.

Em paralelo, continuou a ser prestado o serviço de manutenção sazonal aos comboios históricos, produto do cliente CP com forte impacto na sua imagem.

No seu conjunto, o segmento “Manutenção corrente” permitiu à Empresa realizar, em 2016, rendimentos de 34.474 milhares de euros, o que correspondeu a 54,7% do valor de rendimentos globais da Empresa e uma melhoria em 12,5% relativamente a 2015.

RENDIMENTOS POR TIPO DE MATERIAL



RENDIMENTOS POR INTERVENÇÃO



REABILITAÇÃO

Nesta vertente é de destacar a finalização e inauguração do projeto de reconversão da caldeira da locomotiva a vapor 0186, de queima a carvão para queima a diesel. Esta reabilitação permitiu à Empresa realizar, em 2016, rendimentos de 446 milhares de euros, o que correspondeu a 0,7% do valor de rendimentos globais da Empresa.

Em 2017, a EMEF vai reabilitar o comboio histórico de via estreita, que circulará na linha do Vouga. Este comboio é constituído por 3 carruagens e ainda pela locomotiva diesel 9004.

O objetivo deste projeto é o restauro/reabilitação do ponto de vista estrutural, mecânico, elétrico, técnico e patrimonial para vir a realizar passeios turístico-culturais.

Foi também adjudicado à EMEF a reabilitação/reposição ao serviço de 6 carruagens Schindler: 2 de 1.^a classe e 4 de 2.^a classe. Estas carruagens vão ser intervencionadas no Parque Oficinal do Norte com o objetivo principal de repor as suas condições de segurança de circulação, bem como reposicioná-las no ciclo de manutenção. Esta intervenção incidirá sobre os órgãos de segurança, equipamentos elétricos, interiores, caixa exterior, sistema de aquecimento e pintura exterior.

ENGENHARIA, INOVAÇÃO E DESENVOLVIMENTO

Com o objetivo de permitir a difusão do conhecimento técnico na EMEF, deu-se continuidade ao esforço de disponibilização de informação técnica, procurando assim contribuir para a otimização e uniformização dos processos.

A participação de elementos da Engenharia da EMEF em diversos fóruns técnicos ferroviários, como as reuniões do Grupo de Trabalho “Implementação ETI’s”, promovidas pelo IMT, as reuniões da CTE9 e CT 143 promovidas pela APNCF, a visita à Innotrans, bem como a frequência de diversos cursos técnicos de formação, constituíram ações fundamentais para atualizar e aprofundar o conhecimento na área ferroviária detido pelos nossos colaboradores, que em seguida será difundido na nossa organização.

No âmbito da participação em projetos destacamos a participação na Plataforma Ferroviária Portuguesa, em que a EMEF passou a participar em 2016, inicialmente com estatuto de observador, mas tendo rapidamente passado a ser solicitada pelos restantes parceiros no sentido de assumir a liderança de alguns projetos.

Foram identificados pela EMEF alguns potenciais projetos, na análise dos quais foi solicitada a colaboração da Engenharia. De entre esses projetos salientamos no final do ano a perspetiva de modernização de 25 carruagens para a CP, que mereceu já o desenvolvimento de estudos preliminares.

Foram igualmente desenvolvidos trabalhos relevantes de reengenharia para a substituição de materiais originais por materiais alternativos, permitindo assinalável poupança em termos financeiros e de redução de prazos de fornecimento.

No âmbito da Gestão da Manutenção foi dada continuidade à elaboração/revisão de Manuais de Manutenção, promovendo a articulação entre as oficinas intervenientes e o Cliente.

Ainda no âmbito da Gestão da Manutenção é de realçar a participação na análise RCM das locomotivas 5600 contratada com a Simef.



Na área da nomenclatura e normalização houve intervenção em mais de 2500 nomenclaturas, compreendendo nomeadamente a criação de 2000 nomenclaturas novas, o dobro das nomenclaturas criadas no ano anterior. A atribuição deste número de novas nomenclaturas, que em grande parte decorre das necessidades de projetos de grande envergadura como a intervenção 960K do Eurotram e da intervenção R1 do CPA4000, só foi possível com a afetação de meios e reformulação dos métodos de trabalho, para além do empenho dos colaboradores envolvidos.

A área de Metalurgia, Soldadura e Ensaio não destrutivo procedeu ao acompanhamento, definição e elaboração de diversos procedimentos de reparação, destacando-se as estruturas de bogie e ainda as reparações de estruturas em alumínio.

Foi feita a certificação de soldadores e a elaboração de procedimentos de soldadura, bem como a avaliação/elaboração de Procedimentos de Qualidade no âmbito da soldadura.

Foram elaboradas listas de materiais por intervenção, com destaque para o Metro do Porto, bem como listas de materiais de reparações de rotáveis e diagramas de reparação.

Efetuarão-se desenvolvimentos novos em SAP, nomeadamente Rastreio dos parâmetros das rodas, Status das notas, carregamento do campo "Grupo de Mercadorias externas" (PP / SE), carregamento do campo "Material referência para preço" (código rastreável / código da nomenclatura da peça nova), criação de classe/característica para colocar código do Metro do Porto (001 - codigo_MP), revisão do relatório de PVU's.

I RELATÓRIO DA ATIVIDADE // 3.

DESENVOLVIMENTO DO NEGÓCIO

No quadro dos objetivos fixados para 2016, merecem especial destaque as seguintes ações:

No âmbito da contratação

- Em dez/2015 foi celebrado contrato para a manutenção da frota de 11 vagões cisternas da ADP-Fertilizantes. De salientar ser este o primeiro contrato celebrado pela EMEF, na qualidade de entidade responsável pela manutenção de vagões (ERM), qualificação resultante de diretiva comunitária no âmbito da interoperabilidade ferroviária;
- Em abril ocorreu uma visita comercial do grupo Douro Azul, que teve como consequência a realização de várias cotações. Dessa iniciativa resultou a celebração de acordo para a prestação de serviços de consultoria aos Transportes Turísticos do Vale do Tua, nomeadamente no processo de seleção/aquisição/en-saios e receção de material circulante para serviço no Tua;
- Os contactos iniciados com a Fertagus em 2015, culminaram na 2.ª semana de julho com a assinatura de contrato para a revisão de diversos componentes no âmbito do R à frota de 18 automotoras UQE3500. A prestação de serviços tem a duração de 2 anos e contempla a revisão de 880 componentes, num valor aproximado de 1.240.000€.
- Em outubro foi apresentada à Associação Juvemedia uma proposta para a reabilitação de veículos ferroviários para transformar em Hostel. O processo ainda se encontra numa fase de análise pela Associação Juvemedia e Fundação Nacional do Museu Ferroviário.

No âmbito da organização processual

Prosseguiu a consolidação da gestão comercial suportada em SAP SD (cotações), alargando a todas as áreas orgânicas da Empresa e à maioria dos clientes, o que se traduziu numa melhor eficácia e eficiência na gestão do negócio.

No âmbito da internacionalização

Foi apresentada em março uma proposta para a revisão de "Ciclo Largo" de 136 caixas da série 3000 do Metro de Madrid. A prestação de serviço não nos foi adjudicada, mas permitiu alargar os contactos com aquele potencial cliente.



No seguimento da aproximação ao operador Irish Rail, a EMEF participou, durante 2016, em 3 concursos lançados por este Operador da República da Irlanda. Todos os concursos contemplam uma fase de pré-qualificação, não tendo a EMEF sido considerada qualificada em dois dos concursos. Aguarda-se o resultado da pré-qualificação para o concurso de reparação de engates.

No final de maio foi apresentada à Mota-Engil uma proposta de consultadoria para a implementação de um sistema de Socorro Ferroviário em Moçambique (Linha de Nacala), complementada com proposta de venda de equipamento de socorro ferroviário, não tendo ainda sido obtida concretização.

Em julho, foi elaborada para um cliente belga proposta para a reabilitação de 5 “carruagens italianas”, não tendo ainda sido noticiada decisão de adjudicação.

De salientar ainda a presença da EMEF na maior Feira Mundial do Setor dos Transportes – a Innotrans 2016, destacando o trabalho de remodelação profunda que está atualmente a efetuar na frota de comboios Alfa Pendular. A EMEF aposta, assim, na divulgação das suas competências internas e na capacidade de integrar soluções globais desenvolvidas pela indústria nacional. A Innotrans é um certame bienal, com particular enfoque no setor ferroviário.

I RELATÓRIO DA ATIVIDADE // 4.

ANÁLISE ECONÓMICA E FINANCEIRA

RESULTADO OPERACIONAL

A EMEF em 2016 teve um aumento substancial do seu Resultado Operacional, com uma variação de 2.174 milhares de euros relativamente ao ano transato. Tal justifica-se pelo incremento dos rendimentos operacionais da empresa ter sido acompanhado menos que proporcionalmente pelo aumento dos gastos operacionais.

RESULTADO OPERACIONAL (milhares de euros)

| | 2016 | 2015 | Δ% |
|-------------------------------------|---------------|---------------|------------|
| Rendimentos Operacionais | 66 388 | 60 637 | 9% |
| Vendas e Serviços Prestados | 63 045 | 58 562 | 8% |
| Rendimentos Suplementares | 1 299 | 795 | 63% |
| Variações Invent. Produção | -36 | -153 | 77% |
| Outros Rendimentos | 2 081 | 1 433 | 45% |
| Gastos Operacionais | 62 005 | 58 428 | 6% |
| C. Merc. Vend. e Mat. Consumidas | 17 827 | 16 396 | 9% |
| Subcontratos | 4 958 | 4 409 | 12% |
| Outros Forn. e Serv. Externos | 10 572 | 9 309 | 14% |
| Gastos com Pessoal s/ rescisões | 25 158 | 25 104 | 0% |
| Rescisões mútuo acordo | 337 | 210 | 60% |
| Gastos/Reversões depr. Amortizações | 1 021 | 1 114 | -8% |
| Outros Gastos | 2 132 | 1 886 | 13% |
| Resultado Operacional | 4 383 | 2 209 | 98% |

O aumento dos rendimentos é justificado principalmente por um maior volume de intervenções de manutenção.



RENDIMENTOS* POR SEGMENTO DE ATIVIDADE

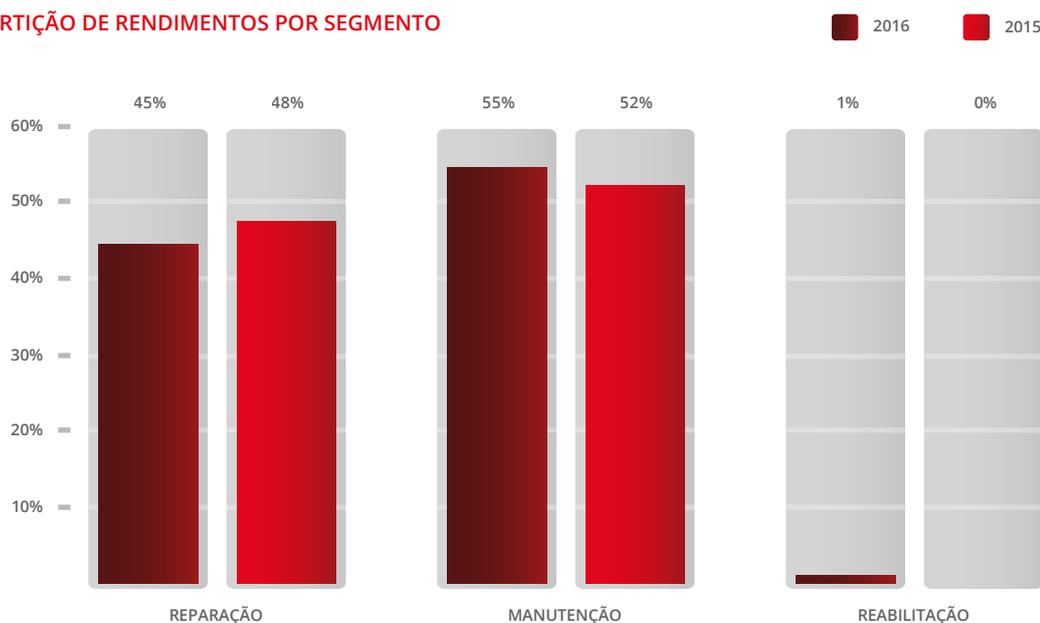
(milhares de euros)

| | 2016 | 2015 | Δ % |
|------------------------------|---------------|---------------|-----------|
| Segmento de atividade | 63 009 | 58 409 | 8% |
| Reparação | 28 089 | 27 770 | 1% |
| Manutenção | 34 474 | 30 639 | 13% |
| Reabilitação | 446 | 0 | |

* Vendas + SP + VIP

Verifica-se que, em 2016, o segmento de manutenção tem um peso superior ao de reparação e que houve uma evolução favorável de ambos os segmentos de atividade face ao ano de 2015.

REPARTIÇÃO DE RENDIMENTOS POR SEGMENTO



Em termos da evolução do volume de negócios por cliente, constata-se que a CP, a Medway (Ex-CP Carga) e a Metro do Porto continuam a ser os clientes mais importantes da empresa. Os três em conjunto representam 91,7% das vendas e prestações de serviço da empresa.

RENDIMENTOS* POR CLIENTE (milhares de euros)

| | 2016 | 2015 | Δ% |
|-------------------------|---------------|---------------|-----------|
| Cliente | 63 009 | 58 409 | 8% |
| CP | 38 907 | 36 871 | 6% |
| MEDWAY/CP CARGA | 13 145 | 11 846 | 11% |
| PROMETRO/METRO DO PORTO | 5 708 | 4 605 | 24% |
| EMEF/SIEMENS ACE | 3 193 | 3 145 | 2% |
| RENFE | 1 187 | 952 | 25% |
| IP | 500 | 656 | -24% |
| OUTROS | 369 | 334 | 10% |

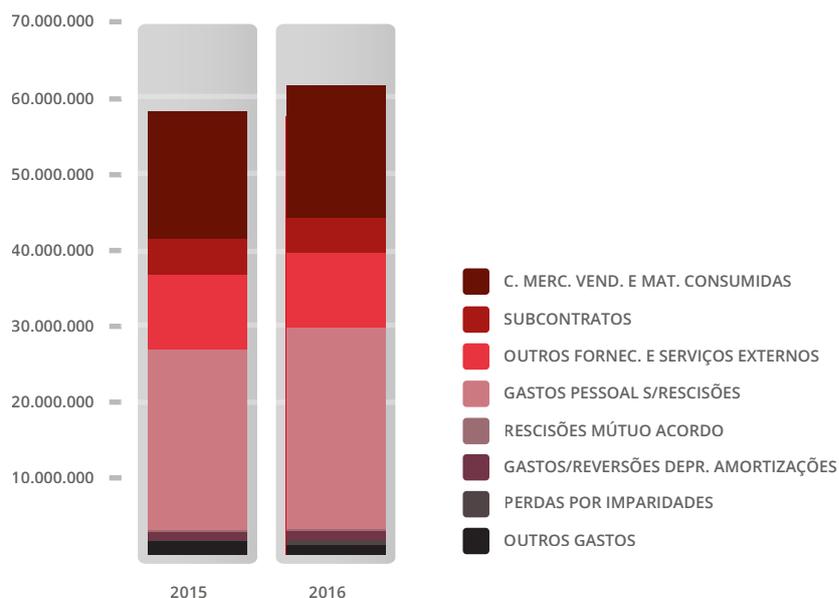
* Vendas + SP + VIP

GASTOS

No ano de 2016, registou-se um aumento nos gastos operacionais da empresa, no valor de 3,6 milhões de euros. Os aumentos mais significativos verificaram-se nas rubricas de:

- Custo das Mercadorias vendidas e matérias consumidas (no valor de 1,4 milhões de euros);
- Outros Fornecimentos e Serviços Externos (no valor de 1,3 milhões de euros).

EVOLUÇÃO E ESTRUTURA DE GASTOS (euros)





GASTOS DE FINANCIAMENTO E RESULTADO LÍQUIDO

A decomposição e evolução dos gastos de financiamento é a que se apresenta no quadro seguinte:

GASTOS DE FINANCIAMENTO (milhares de euros)

| | 2016 | 2015 | Δ% |
|---|------------|------------|-------------|
| Gastos Financiamento | 477 | 708 | -33% |
| Juros Empréstimos Bancários | 64 | 96 | -33% |
| Juros Empréstimos Acionista | 367 | 516 | -29% |
| Juros Descobertos Bancários | 20 | 60 | -66% |
| Outros relativos a Financiamentos Obtidos | 26 | 36 | -28% |

A diminuição global ocorrida na rubrica de juros e gastos similares suportados com os financiamentos deve-se essencialmente a uma redução do endividamento, em particular no tocante à utilização de plafonds de contas correntes e à redução das taxas de juro de referência e dos *spreads* cobrados pelos financiadores.

RESULTADO LÍQUIDO (milhares de euros)

| | 2016 | 2015 | Δ% |
|--|--------------|--------------|-------------|
| Rendimentos Operacionais | 66 388 | 60 637 | 9% |
| Gastos Operacionais | 62 005 | 58 428 | 6% |
| Resultado Operacional | 4 383 | 2 209 | 98% |
| Gastos de Financiamento | 477 | 708 | -33% |
| Imposto sobre o rendimento do exercício | 407 | 123 | 231% |
| Resultado Líquido | 3 500 | 1 378 | 154% |

O resultado líquido registou um aumento de 2.122 milhares de euros relativamente ao ano 2015. Esta evolução resultou do aumento dos rendimentos operacionais ter sido acompanhado de um aumento menos que proporcional dos gastos operacionais.

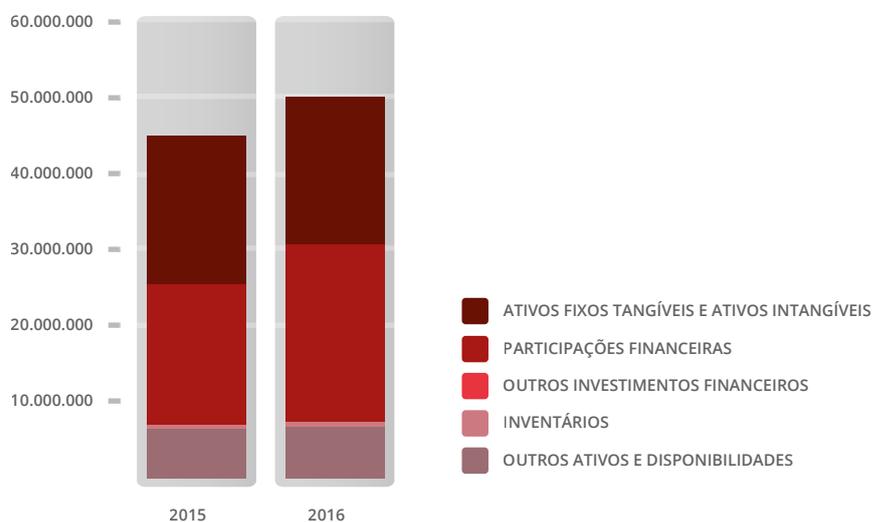
ESTRUTURA PATRIMONIAL

EVOLUÇÃO DA ESTRUTURA PATRIMONIAL
 (milhares de euros)

| Rubrica do Balanço | 2016 | 2015 | Δ € | Δ% |
|---|---------------|---------------|----------------|-------------|
| Ativo | | | | |
| Não corrente | 6 768 | 7 051 | -283 | -4% |
| Ativos fixos tangíveis e ativos intangíveis | 6 165 | 6 528 | -362 | -6% |
| Participações financeiras | 599 | 523 | 76 | 14% |
| Outros investimentos financeiros | 4 | 0 | 4 | 0% |
| Corrente | 43 262 | 38 356 | 4 906 | 13% |
| Inventários | 23 560 | 18 600 | 4 960 | 27% |
| Outros Ativos e Disponibilidades | 19 702 | 19 756 | -54 | 0% |
| Total do Ativo | 50 030 | 45 406 | 4 623 | 10% |
| Capital Próprio e Passivo | | | | |
| Capital Próprio | 11 380 | 7 880 | 3 500 | 44% |
| Passivo não corrente | 15 085 | 2 990 | 12 095 | 405% |
| Provisões | 772 | 802 | -30 | -4% |
| Financiamentos obtidos | 14 313 | 2 188 | 12 125 | 554% |
| Passivo corrente | 23 565 | 34 537 | -10 971 | -32% |
| Acionistas/sócios | 0 | 0 | 0 | 0% |
| Financiamentos obtidos | 1 375 | 14 375 | -13 000 | -90% |
| Outros passivos | 22 190 | 20 162 | 2 029 | 10% |
| Total do Capital próprio e passivo | 50 030 | 45 406 | 4 623 | 10% |

ATIVO

No final do período de 2016, o Ativo apresentava um acréscimo de 4,6 milhões de euros comparativamente com o ano anterior. Este facto resultou essencialmente do incremento de 4,9 milhões de euros do saldo final dos inventários, resultante da aquisição de materiais e equipamentos necessários à intervenção dos 960k na frota Eurotram do Metro do Porto e do R1 dos CPA 4000.

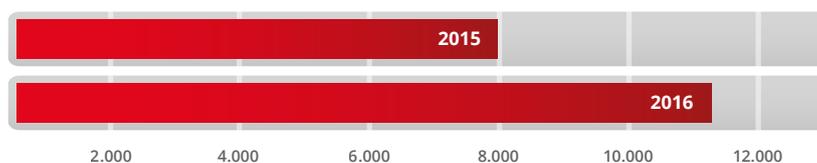
EVOLUÇÃO E ESTRUTURA DO ATIVO
 (euros)




CAPITAL PRÓPRIO

No que se refere ao Capital Próprio, verificou-se em 2016 um aumento de 3,5 milhões de euros relativamente ao ano transato, como ilustra o gráfico seguinte:

EVOLUÇÃO DO CAPITAL PRÓPRIO (milhares de euros)



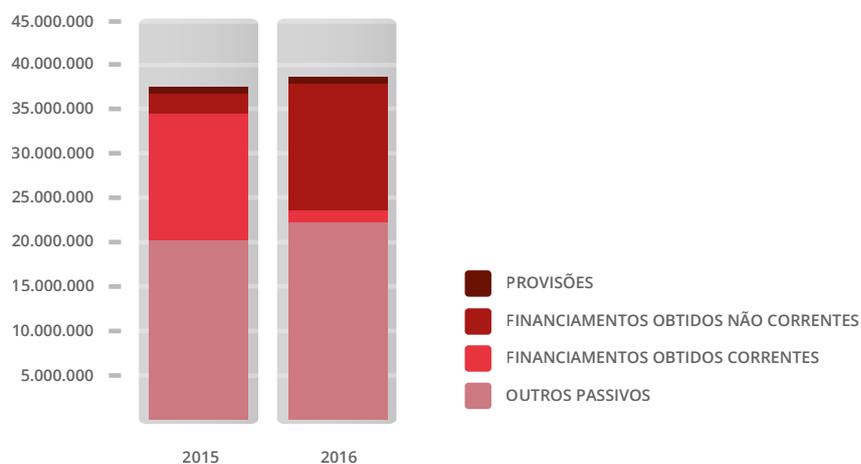
A alteração ocorrida no capital próprio no período de 2016 decorre do resultado líquido positivo do ano nesse mesmo montante.

PASSIVO

Em termos de Passivo total, no final do período de 2016, verificou-se um aumento no valor de 1,1 milhões de euros. Esta evolução ficou a dever-se principalmente a:

- Redução da dívida financeira total em 0,9 milhões de euros face ao ano 2015;
- Aumento das outras dívidas a pagar em 0,9 milhões de euros resultante de:
 - Incremento da estimativa de gastos com o mês de férias, subsídio de férias e respetivos encargos resultante do aumento do efetivo;
 - Aumento das penalidades contratuais;
 - Acréscimo do valor estimado de reposição ou reparação externa de peças de reserva consumidas ou utilizadas no âmbito do contrato de prestação de serviços celebrado com o Metro do Porto.
- Acréscimo dos diferimentos em 1 milhão de euros devido aos adiantamentos relativos aos contratos de meia vida dos CPA4000 da CP e da revisão geral dos 960.000 km dos veículos EuroTram do Metro do Porto.

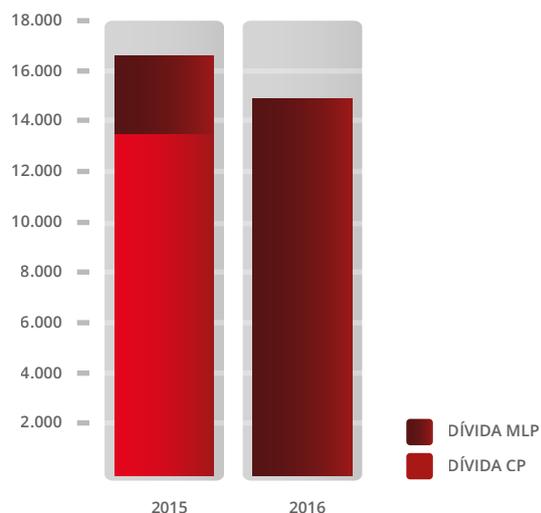
EVOLUÇÃO E ESTRUTURA DO PASSIVO (euros)



RECURSOS FINANCEIROS – EVOLUÇÃO DA DÍVIDA FINANCEIRA

No final de 2016 verificou-se uma diminuição da dívida financeira total em 0,9 milhões de euros face ao ano 2015, justificada pelo cumprimento dos planos de amortização da dívida de médio e longo prazo.

EVOLUÇÃO DA DÍVIDA (milhares de euros)



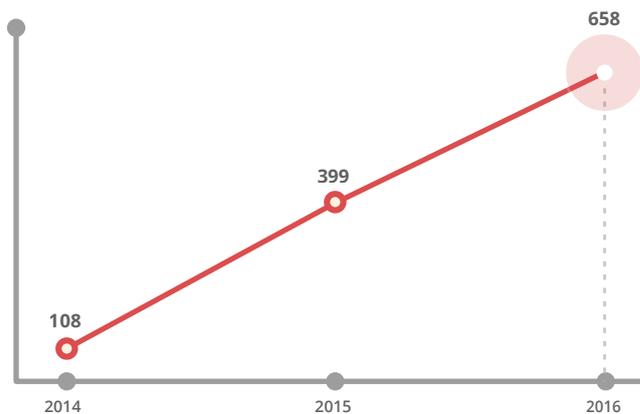
De salientar que em 2016, os financiamentos de curto prazo concedidos pelo acionista foram convertidos num único financiamento de médio e longo prazo com amortização do capital em dívida em 9 anos. Esta conversão originou uma diminuição da dívida de curto prazo em 13,5 milhões de euros e um aumento da dívida de médio e longo prazo no mesmo valor.

INVESTIMENTOS

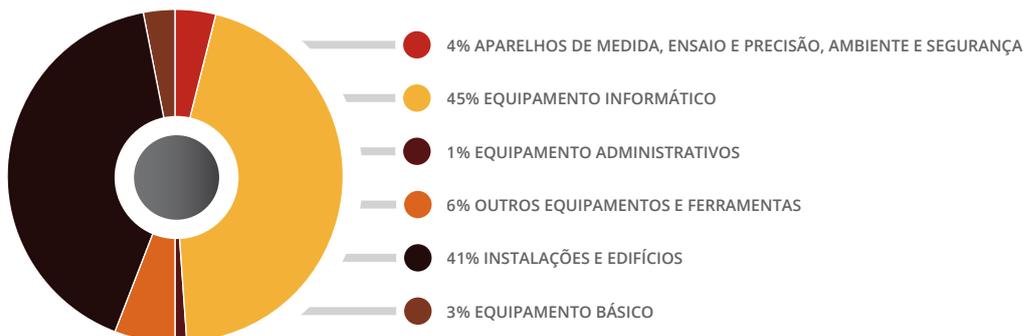
Prosseguindo uma política de contenção dos investimentos, os mesmos confinaram-se aos equipamentos estritamente necessários para a prossecução da atividade da empresa, ascendendo no período de 2016 a cerca de 658 mil euros.

Relativamente ao ano 2015, e apesar da política de contenção mencionada, o investimento sofreu um aumento na ordem dos 65%, devido, essencialmente, às obras realizadas nas instalações da empresa e à atualização do software SAP/ERP. Os gráficos abaixo ilustram a evolução dos investimentos desde o ano 2014 e a repartição do montante investido em 2016 por naturezas de bens do ativo da empresa.

EVOLUÇÃO DOS INVESTIMENTOS (milhares de euros)



INVESTIMENTOS POR NATUREZA





CUMPRIMENTO DAS ORIENTAÇÕES LEGAIS





II CUMPRIMENTO DAS ORIENTAÇÕES LEGAIS // 1.

OBJETIVOS DE GESTÃO

OBJETIVOS DE GESTÃO

| OBJETIVO | FÓRMULA DE CÁLCULO | 2016 | META | DESVIO | 2015 |
|--|---|-------|---------|--------|-------|
| Perspetiva dos Processos Internos | | | | | |
| Assegurar adequados padrões de disponibilidade | Média, ponderada pelos km percorridos, dos dias de cumprimento da disponibilidade contratada em cada mês, dos parques de material objeto de manutenção contratada [%] | 82,0% | ≥ 84,7% | -2,7% | 84,7% |
| Aumentar a produtividade | Valor Acrescentado Bruto / Efetivo médio de Pessoal [10 ³ €] | 30,4 | > 29,5 | 1,0 | 29,5 |
| Perspetiva Financeira | | | | | |
| Aumentar o EBITDA s/rescisões | Resultados antes de depreciações, gastos de financ ^o e impostos + Provisões + Ajustamentos + Rescisões mútuo acordo [10 ³ €] | 5 711 | > 3 348 | 2 363 | 3 348 |
| Manter a proporção dos gastos operacionais | (CMVMC + FSEs + Gastos com pessoal - Rescisões mútuo acordo) / Volume de Negócios [%] | 93% | ≤ 94% | -1% | 94% |
| Perspetiva dos Clientes | | | | | |
| Aumentar a faturação para clientes | Crescimento da faturação acumulada no ano com IVA face ao ano anterior [%] | 6% | 3% | 3% | -2% |
| Aumentar a concretização de propostas comerciais | Valor adjudicações/valor propostas apresentadas (totalidade dos clientes) [%] | 94% | >71% | 23% | 71% |
| Perspetiva do Conhecimento | | | | | |
| Aumentar a formação dos colaboradores | Trabalhadores com 35 ou mais horas de formação/efetivo médio de trabalhadores [%] | 15% | >12,6% | 3% | 12% |

Foram monitorizados os indicadores globais especificados no quadro acima. As metas foram alcançadas para todos os objetivos, à exceção do relativo à disponibilidade do material circulante, em virtude de constrangimentos no fornecimento atempado de peças de parque reparadas, nomeadamente na área de rodados, por falta de material de reposição, que afetou principalmente o material rebocado de passageiros, as automotoras elétricas e as automotoras diesel.

II CUMPRIMENTO DAS ORIENTAÇÕES LEGAIS // 2.

GESTÃO DO RISCO FINANCEIRO

A atividade financeira da EMEF está essencialmente exposta ao risco de acesso ao crédito e ao risco de taxa de juro.

Os meios líquidos disponíveis durante o período provieram da atividade da empresa, do recurso à utilização de linhas de crédito bancárias negociadas em data anterior a 2011 e de financiamentos do acionista.

De forma a garantir o cumprimento das regras da concorrência, a EMEF tem desenvolvido todos os esforços no sentido de procurar alternativas para os financiamentos do acionista, bem como para diminuir o recurso a garantias por este prestadas.

Em observância ao determinado no Despacho n.º 101/09-SETF, de 30 de janeiro, apresenta-se na tabela abaixo o nível de concretização das medidas tendentes a mitigar os efeitos da volatilidade dos mercados financeiros sobre a situação financeira da EMEF.



| Gestão do Risco Financeiro Despacho n.º 101/09-SETF de 30-01 | Cumprimento | | | Quantificação/Identificação |
|---|-------------|---|----|---|
| | S | N | NA | |
| Procedimentos adotados em matéria de avaliação de risco e medidas de cobertura respetiva | | | | |
| Diversificação de instrumentos de financiamento | X | | | Em 2016, a EMEF financiou-se através dos meios libertos pela sua atividade e da renovação de linhas de crédito de curto prazo. |
| Diversificação das modalidades de taxa de juros disponíveis | | X | | Em 2016, o financiamento da EMEF consubstanciou-se na renovação de linhas de crédito de curto prazo cuja taxa de juro de referência foi a Euribor a 3M e a 6M, apesar das consultas realizadas. |
| Diversificação de entidades credoras | | X | | Em 2016, a EMEF manteve os financiamentos junto da Banca Nacional e junto do Acionista. |
| Contratação de instrumentos de gestão de cobertura de riscos | | | X | A EMEF não recorreu a instrumentos de cobertura de risco. |
| Adoção de política ativa de reforço de capitais permanentes | | | | |
| Consolidação do passivo remunerado: transformação passivo de curto em M/L prazo, em condições favoráveis | X | | | Em 2016, a EMEF financiou-se a curto prazo com o intuito de suprir necessidades de tesouraria. Converteu as operações de curto prazo com o acionista num único financiamento de M/L prazo. |
| Contratação da operação que minimiza o custo financeiro (<i>all-in-cost</i>) da operação | X | | | Todas as consultas efetuadas e contratadas visaram a minimização do custo total da operação, com sucesso. |
| Minimização das garantias reais | | | X | A EMEF não prestou garantias reais nos financiamentos contratados. |
| Minimização de cláusulas restritivas (<i>convenants</i>) | | X | | Continuou o esforço de renegociação de linhas num esforço de minimização das cláusulas existentes. |
| Medidas prosseguidas com vista à otimização da estrutura financeira da Empresa | | | | |
| Adoção de política que minimize a afetação de capitais alheios à cobertura financeira dos investimentos | X | | | Em 2016, o investimento da EMEF foi totalmente financiado com os meios libertos pela sua atividade. |
| Opção pelos investimentos com comprovada rentabilidade social/empresarial, beneficiando de cofinanciamento comunitário e de capitais próprios | X | | | |
| Utilização de autofinanciamento e de receitas de desinvestimento | X | | | |



GESTÃO DO RISCO FINANCEIRO

| Anos | 2016 | 2015 | 2014 | 2013 | 2012 |
|---------------------------------------|---------|---------|-----------|-----------|-----------|
| Encargos Financeiros (€) | 476 845 | 707 923 | 1 244 552 | 1 664 455 | 1 884 694 |
| Taxa média anual de financiamento (%) | 2,88% | 3,82% | 5,62% | 6,83% | 6,77% |

II CUMPRIMENTO DAS ORIENTAÇÕES LEGAIS // 3.

LIMITE DE CRESCIMENTO DO ENDIVIDAMENTO

PASSIVO REMUNERADO (euros)

| | 2016 | 2015 | 2014 | 2013 | Var. 2016/2015 | |
|---|------------|------------|------------|------------|----------------|-----|
| | | | | | Valor | % |
| Financiamentos obtidos | 15 687 500 | 16 562 500 | 18 983 138 | 23 824 048 | -875 000 | -5% |
| ... dos quais concedidos pela DGTF | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0% |
| Aumentos de Capital por dotação | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0% |
| Aumentos de Capital por conversão de créditos | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0% |
| Endividamento Ajustado | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0% |

ESTRUTURA DA DÍVIDA BANCÁRIA E AO ACIONISTA (euros)

| | 2016 | 2015 | 2014 | 2013 | Var. 2016/2015 | |
|------------------------|-------------------|-------------------|-------------------|-------------------|-----------------|------------|
| | | | | | Valor | % |
| Empréstimos bancários | 2 187 500 | 3 062 500 | 4 141 367 | 5 213 711 | -875 000 | -29% |
| Empréstimos acionista | 13 500 000 | 13 500 000 | 13 500 000 | 10 500 000 | 0 | 0% |
| Descobertos bancários | 0 | 0 | 1 341 770 | 8 110 337 | 0 | 0% |
| Total da Dívida | 15 687 500 | 16 562 500 | 18 983 138 | 23 824 048 | -875 000 | -5% |

II CUMPRIMENTO DAS ORIENTAÇÕES LEGAIS // 4.

PRAZO MÉDIO DE PAGAMENTOS E DIVULGAÇÃO DOS ATRASOS NOS PAGAMENTOS



| PMP | 2016 | 2015 | Var. 2016/2015 | |
|--------------|------|------|----------------|------|
| | | | Valor | % |
| Prazo (dias) | 62 | 74 | -12 | -16% |



(euros)

| Dívidas Vencidas | 0-90 dias | Dívidas vencidas de acordo com o Art. 1º DL 65-A/2011 | | | |
|------------------------------|-----------|---|---------|---------|--------|
| | | 90-120 | 120-240 | 240-360 | > 360* |
| Aquisição de Bens e Serviços | 482 948 | 13 691 | 10 395 | 6 854 | 26 149 |
| Aquisição de Capital | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Total | 482 948 | 13 691 | 10 395 | 6 854 | 26 149 |

* Os valores indicados na coluna > 360 dias referem-se essencialmente a saldos bloqueados para pagamento pelos mais diversos motivos, nomeadamente: aguarda nota de crédito do fornecedor, aguarda resolução de contencioso, etc.

II CUMPRIMENTO DAS ORIENTAÇÕES LEGAIS // 5.

CUMPRIMENTO DAS RECOMENDAÇÕES DO ACIONISTA

Não foram efetuadas recomendações pelo acionista.



II CUMPRIMENTO DAS ORIENTAÇÕES LEGAIS // 6.

REMUNERAÇÕES

No que respeita à Administração, a mesma não é remunerada pela EMEF, dado que foi eleita ao abrigo do n.º 4 do artigo 20.º do Decreto-Lei n.º 71/2007 de 27 de março, existindo unicamente gastos decorrentes de deslocações em serviço da EMEF.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

| Mandato (Início - Fim) | Cargo | Nome | Designação | | OPRLO | | N.º de Mandatos |
|---------------------------|------------|--------------------------------------|--|------|----------|-----------------|-----------------|
| | | | Doc | Data | Sim/ Não | Entidade Origem | |
| 2016 | Presidente | Manuel Tomás Cortez Rodrigues Queiró | Mantiveram as funções | | Não | | 1 |
| | Vogal | Nuno Serra de Sanches Osório | para as quais foram nomeados no ano 2015 | | Não | | 1 |

Gastos anuais associados a Deslocações em Serviço (€)

| Nome | Deslocações em Serviço | Custo com Alojamento | Ajudas de Custo | Outras | | Custo total com viagens |
|--------------------------------------|------------------------|----------------------|-----------------|-------------|-----------|-------------------------|
| | | | | Identificar | Valor (€) | |
| Manuel Tomás Cortez Rodrigues Queiró | 2 886 | 660 | 0 | Seguros | 100€ | 3 646 |
| Nuno Serra de Sanches Osório | 449 | 880 | 0 | | | 1 329 |

FISCALIZAÇÃO Conselho Fiscal

| Mandato (Início - Fim) | Cargo | Nome | Designação | | Estatuto Remuneratório Fixado (mensal) | N.º de Mandatos |
|---------------------------|------------|---|---------------------|----------|---|------------------|
| | | | Forma | Data | | |
| 2016 | Presidente | Ana Maria dos Santos Malhó | Deliberação unânime | 19/10/16 | Não remunerado | 4 (3 como Vogal) |
| | Vogal | Elisabete Gonçalves Bettencourt de Freitas Oliveira | Deliberação unânime | 19/10/16 | Não remunerado | |
| | Vogal | Maria de Fátima Correia Paixão de Matos Alves | Deliberação unânime | 19/10/16 | Não remunerado | |
| | Suplentes | Carla Manuela Serra Geraldes | Deliberação unânime | 19/10/16 | Não remunerado | |

Remuneração Anual (€)

| Nome | Bruto (1) | Reduções Remuneratórias (2) | Reversão Remuneratória (3) | Valor Final (4) = (1) - (2) + (3) |
|---|-----------|-----------------------------|----------------------------|-----------------------------------|
| Ana Maria dos Santos Malhó | 0 | | 0 | 0 |
| Elisabete Gonçalves Bettencourt de Freitas Oliveira | 0 | | 0 | 0 |
| Maria de Fátima Correia Paixão de Matos Alves | 0 | | 0 | 0 |
| Carla Manuela Serra Geraldes | 0 | | 0 | 0 |


ROC

| Mandato (Início - Fim) | Cargo | Identificação SROC/ROC | | | Designação | | N.º de anos de funções exercidas no grupo | N.º de anos de funções exercidas na sociedade |
|---------------------------|-------|---------------------------------------|--------|------------------------|------------------------|----------|---|---|
| | | Nome | Número | N.º de Registo na CMVM | Forma | Data | | |
| 2016 | SROC | Horwath & Associados, SROC, Lda | 186 | 9171 | Deliberação unânime | 19/10/16 | 5 | 5 |

Valor Anual do Contrato de Prestação de Serviços - 2016 (€)

| Nome ROC/FU | Valor (1) | Reduções (2) | Reversão (3) | Valor Final (4) = (1) - (2) + (3) |
|---------------------------------|-----------|--------------|--------------|-----------------------------------|
| Horwath & Associados, SROC, Lda | 5 395 | 0 | 0 | 5 395 |

Não foram prestados serviços adicionais pela SROC.


AUDITOR EXTERNO

| Identificação do Auditor Externo (SROC/ROC) | | | | Data da Contratação | | N.º de anos de funções exercidas no grupo | N.º de anos de funções exercidas na sociedade |
|--|--------------------------|---------------------|----------|---------------------|--|---|---|
| Nome Auditor Externo | N.º de Inscrição na OROC | N.º Registo na CMVM | Data | Período | | | |
| Ribeiro, Rigueira, Marques, Roseiro & Associados, SROC, Lda. | 197 | 20161495 | 01/08/14 | 2014-2016 | | 3 | 3 |

Valor Anual do Contrato de Prestação de Serviços - 2016 (€)

| Valor (1) | Reduções (2) | Reversão (3) | Valor Final (4) = (1) - (2) + (3) |
|-----------|--------------|--------------|-----------------------------------|
| 4 500 | 0 | 0 | 4 500 |

Não foram prestados serviços adicionais pelo auditor externo.

II CUMPRIMENTO DAS ORIENTAÇÕES LEGAIS // 7.

ESTATUTO DO GESTOR PÚBLICO

Não foram utilizados pelos Administradores cartões de crédito ou outros instrumentos de pagamento para realização de despesas ao serviço da empresa. Não foi igualmente efetuado qualquer reembolso aos mesmos de quaisquer despesas que caíam no âmbito do conceito de despesas de representação pessoal.



II CUMPRIMENTO DAS ORIENTAÇÕES LEGAIS // 8.

DESPESAS NÃO DOCUMENTADAS OU CONFIDENCIAIS

Não existem na empresa quaisquer despesas não documentadas ou confidenciais.

II CUMPRIMENTO DAS ORIENTAÇÕES LEGAIS // 9.

RELATÓRIO SOBRE REMUNERAÇÕES PAGAS A HOMENS E MULHERES

Foi elaborado relatório relativo ao ano de 2016, o qual se encontra disponível no *site* institucional da empresa.

II CUMPRIMENTO DAS ORIENTAÇÕES LEGAIS // 10.

RELATÓRIO ANUAL SOBRE PREVENÇÃO DA CORRUPÇÃO

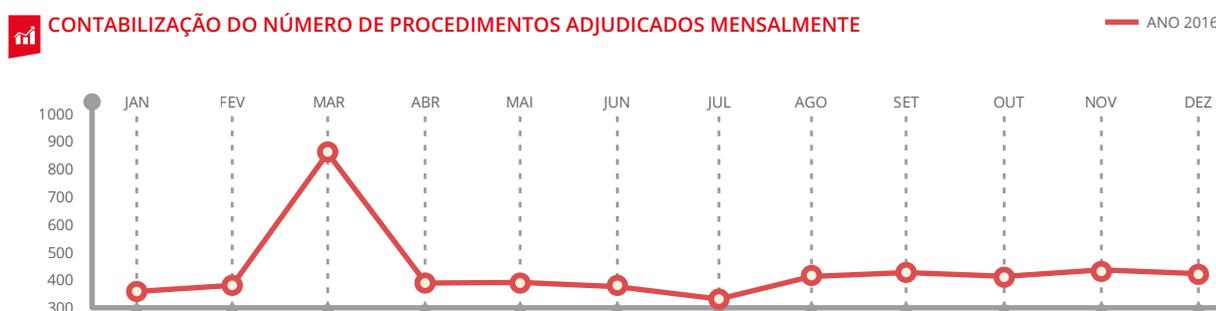
Tendo o respetivo plano sido aprovado em 2010, tem sido dada especial atenção à questão das compras, promovendo a aprovação dos regulamentos que assegurem a gestão dos riscos, nomeadamente de corrupção, associados a esta atividade.

II CUMPRIMENTO DAS ORIENTAÇÕES LEGAIS // 11.

CONTRATAÇÃO PÚBLICA

Não se praticou qualquer ato ou celebrou qualquer contrato de aquisição de bens, aquisição de serviços ou empreitada de construção civil de valor superior a 5 M€.

Em 2016, foram adjudicados na plataforma eletrónica utilizada pela EMEF (ACINGOV) 5142 procedimentos no valor total de 35.126.329€. Foram adjudicados por outros meios eletrónicos e registados na plataforma eletrónica 76 procedimentos no valor de 2.094.188€.



II CUMPRIMENTO DAS ORIENTAÇÕES LEGAIS // 12.

SISTEMA NACIONAL DE COMPRAS PÚBLICAS

A EMEF é entidade voluntária aderente do Sistema Nacional de Compras Públicas desde 2009. Tendo em conta os acordos-quadro disponíveis, a empresa analisa caso a caso se a utilização desses acordos lhe é vantajosa relativamente aos valores contratuais conseguidos diretamente, bem como se as características técnicas em causa correspondem às suas necessidades.



II CUMPRIMENTO DAS ORIENTAÇÕES LEGAIS // 13.

FROTA AUTOMÓVEL

A EMEF realizou em 2016 cinco locações de veículos, efetuou a entrega de uma viatura à locadora, procedeu ao abate de quatro viaturas próprias e à venda de uma.

II CUMPRIMENTO DAS ORIENTAÇÕES LEGAIS // 14.

MEDIDAS DE REDUÇÃO DE GASTOS OPERACIONAIS

No estrito cumprimento das relevantes instruções para fins do Plano de Redução de Custos, continuaram a aplicar-se as medidas previstas para o efeito, mormente as constantes no Orçamento de Estado de 2016, salientando-se as seguintes:

1. No respeitante à aquisição de serviços:
 - a) Continuaram a ser cumpridas as instruções que impõem a justificação económica e a de ausência de soluções internas para contratos de aquisição de serviços;
 - b) Foram sempre tidas em conta as normas previstas no Orçamento de Estado e Decreto de Execução Orçamental, com vista ao controlo da despesa com contratos de prestação de serviços, celebrados ou renovados em 2016, com idêntico objeto de outros celebrados nos anos transatos e, bem assim, a contratos com objeto e/ou contraparte diferentes.
2. Aos trabalhadores foi aplicada a progressiva eliminação da redução remuneratória nos termos da Lei n.º 159-A/2015, de 30 de dezembro.
3. A estrutura remuneratória dos membros do Conselho de Administração e dos trabalhadores não inclui qualquer parcela respeitante a prémios de gestão ou prémios de desempenho pelo que, naturalmente, a empresa não incorreu em qualquer custo desta natureza.



PLANO DE REDUÇÃO DE CUSTOS

| | Meta | 2016 | 2015 | 2014 | 2010 | Variação 2016/2015 | | Variação 2016/2010 | |
|---|---|--------|--------|--------|--------|--------------------|------|--------------------|-------|
| | | | | | | Absoluta | % | Absoluta | % |
| (0) EBITDA (m€) | | 5 374 | 3 138 | 3 474 | -464 | 2 236 | 71% | 5 838 | 1259% |
| (1) CMVMC (m€) | | 17 827 | 16 396 | 13 896 | 30 388 | 1 431 | 9% | -12 561 | -41% |
| (2) FSE (m€) | | 15 530 | 13 718 | 11 138 | 13 830 | 1 812 | 13% | 1 700 | 12% |
| (3) Gastos com o pessoal (m€) | | 25 495 | 25 314 | 28 137 | 40 055 | 181 | 1% | -14 559 | -36% |
| (4) dos quais indemnizações (m€) | | 337 | 210 | 2 474 | 1 637 | 127 | 60% | -1 300 | -79% |
| (5) Impacto da reversão das reduções remuneratórias | | 305 | 61 | 0 | 0 | 244 | 403% | 305 | |
| (6) Total dos Gastos = (1)+(2)+(3)-(4)-(5) | Redução em 15% face a 2010 | 58 211 | 55 158 | 50 696 | 82 635 | 3 053 | 6% | -24 424 | -30% |
| (7) Volume de Negócios (m€) | | 63 045 | 58 562 | 54 994 | 82 768 | 4 483 | 8% | -19 723 | -24% |
| (8) Peso dos Gastos no VN (6)/(7) (%) | Redução face a 2015 | 92% | 94% | 92% | 100% | -0,02 | -2% | 0 | -8% |
| Deslocações/Estadas (m€) | = ano de 2014 ou 2015 (o que apresentar menor valor) | 37 | 19 | 61 | 138 | 18 | 93% | -100 | -73% |
| Ajudas de Custo (m€) | = ano de 2014 ou 2015 (o que apresentar menor valor) | 34 | 25 | 22 | 120 | 9 | 35% | -86 | -72% |
| Comunicações (m€) | = ano de 2014 ou 2015 (o que apresentar menor valor) | 90 | 107 | 125 | 290 | -17 | -16% | -200 | -69% |
| Número RH | | 1 048 | 979 | 1 030 | n.a. | 69 | 7% | n.a. | n.a. |
| Número Efetivos | | 898 | 828 | 874 | n.a. | 70 | 8% | n.a. | n.a. |
| Número Cargos de Direção | | 150 | 151 | 156 | n.a. | -1 | -1% | n.a. | n.a. |
| Número de Efetivos/ Cargos de Direção | | 599% | 548% | 560% | n.a. | 0,50 | 9% | n.a. | n.a. |
| Viaturas | | | | | | | | | |
| Número de viaturas | Redução face ao ano anterior | 56 | 57 | 50 | n.a. | -1 | -2% | n.a. | n.a. |
| Gastos com as viaturas (m€) | = ano de 2014 ou 2015 (o que apresentar menor valor) | 274 | 281 | 224 | n.a. | -7 | -2% | n.a. | n.a. |

II CUMPRIMENTO DAS ORIENTAÇÕES LEGAIS // 15.

PRINCÍPIO DA UNIDADE DE TESOURARIA DO ESTADO

A EMEF detém uma conta na Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública - IGCP, E.P.E., desde outubro de 2011. Contudo, a movimentação da mesma tem sido residual dada a escassez de liquidez da EMEF e a recorrência permanente a linhas de descoberto bancário noutras instituições de crédito.

Em virtude de se terem registado excedentes de tesouraria no mês de dezembro de 2016 a EMEF, em cumprimento do estipulado nos termos da lei, canalizou-os para o IGCP.



II CUMPRIMENTO DAS ORIENTAÇÕES LEGAIS // 16.

AUDITORIAS CONDUZIDAS PELO TRIBUNAL DE CONTAS

Não existiram quaisquer auditorias à empresa conduzidas pelo Tribunal de Contas.

II CUMPRIMENTO DAS ORIENTAÇÕES LEGAIS // 17.

INFORMAÇÃO DIVULGADA NO *SITE* DO SEE

O *site* do SEE não discrimina a EMEF, pese embora sejam elaboradas as informações previstas no Despacho n.º 14277/2008 de 14 de maio, e enviadas à Inspeção-Geral de Finanças e à Direção-Geral do Tesouro e Finanças, através da sua acionista universal CP – Comboios de Portugal, E.P.E.

É disponibilizada, no entanto, no próprio sítio da EMEF, a maioria da informação que está prevista constar no sítio do SEE.

II CUMPRIMENTO DAS ORIENTAÇÕES LEGAIS // 18.

SISTEMATIZAÇÃO DA INFORMAÇÃO QUANTO AO CUMPRIMENTO DAS ORIENTAÇÕES LEGAIS



CUMPRIMENTO DAS ORIENTAÇÕES LEGAIS

| | Cumprimento | | | Quantificação | Justificação |
|---|-------------|---|-----|--|--|
| | S | N | NA. | | |
| Objetivos de Gestão / Planos de Atividades e Orçamento: | | | | | |
| Disponibilidade | | X | | 82% | |
| Produtividade (10 ³ €) | X | | | 30,4 | |
| EBITDA s/rescisões (10 ³ €) | X | | | 5 711 | |
| Proporção dos Gastos Operacionais | X | | | 93% | |
| Faturação | X | | | 6% | |
| Concretização de propostas comerciais | X | | | 94% | |
| Formação dos Colaboradores | X | | | 15,1% | |
| Grau de execução do orçamento carregado no SIGO/SOE | | | | | |
| Gestão do Risco Financeiro | X | | | 2,88% | |
| Limites de Crescimento do Endividamento | X | | | -875.000/-5% | |
| Evolução do PMP a fornecedores | X | | | -12 dias face a 2015 | |
| Divulgação dos Atrasos nos Pagamentos ("Arrears") | | X | | 540.036 | |
| Recomendações do acionista na última aprovação de contas: | | | | | |
| Remunerações | | | | | |
| Não atribuição de prémios de gestão | | | X | | |
| CA - reduções e reversões remuneratórias vigentes em 2016 | | | X | | |
| Fiscalização (CF/ROC/FU) - reduções e reversões remuneratórias vigentes em 2016 | | | X | | |
| Auditor Externo - reduções e reversões remuneratórias vigentes em 2016 | | | X | | |
| Restantes trabalhadores - reduções e reversões remuneratórias vigentes em 2016 | X | | | 183 943 € | |
| Restantes trabalhadores - proibição de valorizações remuneratórias, nos termos do art.º 38 da Lei 82-B/2014, prorrogada para 2016 pelo n.º 1 do artigo 18.º da Lei n.º 7-A/2016, de 30 de março | X | | | 146 661 € | |
| EPG - artigo 32º e 33º do EPG | | | | | |
| Não utilização de cartões de crédito | X | | | | Não são utilizados cartões de crédito |
| Não reembolso de despesas de representação pessoal | X | | | | Não foram realizadas despesas |
| Valor máximo das despesas associadas a comunicações | | | X | | |
| Valor máximo de combustível e portagens afeto mensalmente às viaturas de serviço | | | X | | |
| Despesas não documentadas ou confidenciais n.º 2 do artigo 16.º do RISPE e artigo 11.º do EPG | | | | | |
| Proibição de realização de despesas não documentadas ou confidenciais | X | | | | |
| Promoção da igualdade salarial entre homens e mulheres n.º 2 da RCM n.º18/2014 | | | | | |
| Elaboração e divulgação do relatório sobre remunerações pagas a mulheres e homens | X | | | | |
| Elaboração e divulgação de relatório anual sobre prevenção da corrupção | | | | | |
| | | X | | | |
| Contratação Pública | | | | | |
| Aplicação das Normas de contratação pública pela empresa | | | X | | |
| Aplicação das Normas de contratação pública pelas participadas | | | X | | |
| Contratos submetidos a visto prévio do TC | | | X | | |
| Auditoria do Tribunal de Contas | | | | | |
| | | | X | | |
| Parque Automóvel | | | | | |
| N.º de Viaturas | X | | | -1 viatura | |
| Gastos com viaturas | | | X | -7mil € relativamente a 2015 e +50 mil € relativamente a 2014 | |
| Gastos Operacionais das Empresas Públicas | | | | | |
| | X | | | Os gastos operacionais tiveram uma redução de 30% relativamente a 2010 | |
| Princípio da Unidade de Tesouraria (artigo 28.º do DL 133/2013) | | | | | |
| Disponibilidades e aplicações centralizadas no IGCP | | X | | 88% | A empresa apresentou excedentes de tesouraria os quais canalizou para o IGCP |
| Disponibilidades e aplicações na Banca Comercial | | X | | 568 793 € | |
| Juros auferidos em incumprimento da UTE e entregues em Receita do Estado | | | X | 0 € | |





FACTOS RELEVANTES APÓS O TERMO DO PERÍODO





III FACTOS RELEVANTES APÓS O TERMO DO PERÍODO

Após o encerramento das contas do exercício foi publicado o Decreto-Lei de Execução do Orçamento de Estado (DL n.º 25/2017 de 3 de março de 2017), cujo art.º 124.º permite o aumento da massa salarial decorrente do descongelamento das diuturnidades e progressão nas carreiras, incluindo a contagem do tempo entre 31 de dezembro de 2010 e 31 de dezembro de 2016 para efeitos de retoma no corrente ano. Em conformidade com o disposto, a Empresa irá proceder à reposição do montante global a receber por cada trabalhador em dois momentos distintos: 50% em julho de 2017 e 50% em janeiro de 2018. Consideraram-se imateriais os valores a reajustar relativos a especialização do mês de férias e subsídio de férias a pagar em 2017.

Por solicitação expressa da tutela, deu-se início em 2017 à elaboração de estudo estratégico para aferir sobre o modelo futuro de organização da EMEF.



PROPOSTA DE APLICAÇÃO DOS RESULTADOS





IV PROPOSTA DE APLICAÇÃO DOS RESULTADOS

Nos termos da lei e dos estatutos, propõe-se que os resultados líquidos do período de 2016, de 3.499.927,04€ (três milhões, quatrocentos e noventa e nove mil, novecentos e vinte e sete euros e quatro cêntimos), sejam transferidos para a conta de resultados transitados.

Lisboa, 28 de março de 2017

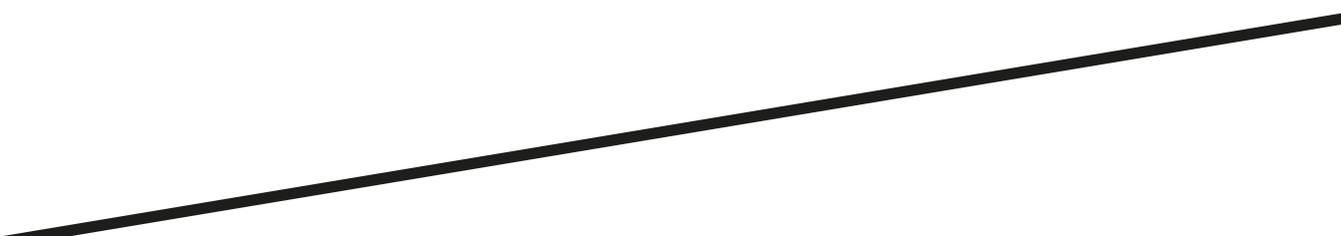
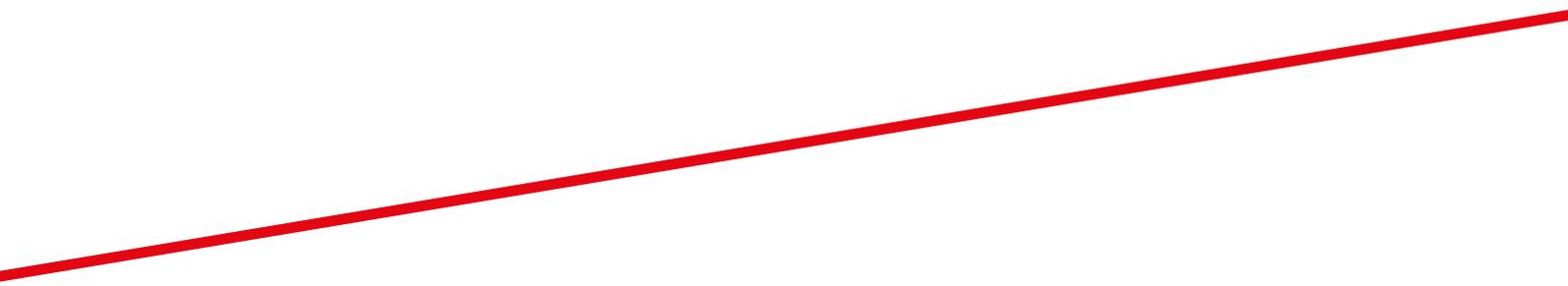
O Conselho de Administração

Presidente

Eng.º Manuel Tomás Cortez Rodrigues Queiró

Vogal

Dr. Nuno Serra de Sanches Osório





Conhecimento no lugar certo
Knowledge in the right place
emef.pt

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E NOTAS

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS





I DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

BALANÇO



BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

EMEF - Empresa de Manutenção de Equipamento Ferroviário, S.A.

| | Notas | 2016 | 2015 |
|--|-------|-------------------|-------------------|
| ATIVO | | | |
| Ativo não corrente | | | |
| Ativos fixos tangíveis | 7 | 5 906 661 | 6 504 296 |
| Ativos intangíveis | 8 | 258 607 | 23 304 |
| Participações financeiras - método de equivalência patrimonial | 9 | 598 716 | 523 151 |
| Outros investimentos financeiros | 10 | 3 760 | - |
| Total do ativo não corrente | | 6 767 743 | 7 050 751 |
| Ativo corrente | | | |
| Inventários | 11 | 23 559 860 | 18 599 771 |
| Clientes | 12 | 7 536 272 | 8 412 943 |
| Outros créditos a receber | 14 | 6 754 035 | 4 999 686 |
| Diferimentos | 15 | 491 178 | 527 361 |
| Caixa e depósitos bancários | 5 | 4 920 577 | 5 815 839 |
| Total do ativo corrente | | 43 261 922 | 38 355 600 |
| TOTAL DO ATIVO | | 50 029 665 | 45 406 350 |
| CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO | | | |
| Capital Próprio | | | |
| Capital subscrito | 16 | 8 100 000 | 8 100 000 |
| Outros instrumentos de capital próprio | 17 | 10 316 222 | 10 316 222 |
| Reservas legais | 18 | 95 506 | 95 506 |
| Outras reservas | 19 | 617 458 | 617 458 |
| Resultados transitados | 20 | (11 249 191) | (12 627 242) |
| Resultado líquido | | 3 499 927 | 1 378 050 |
| TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO | | 11 379 923 | 7 879 995 |
| PASSIVO | | | |
| Passivo não corrente | | | |
| Provisões | 21 | 772 047 | 802 294 |
| Financiamentos obtidos | 22 | 14 312 500 | 2 187 500 |
| Total de passivo não corrente | | 15 084 547 | 2 989 794 |
| Passivo corrente | | | |
| Fornecedores | 24 | 7 048 022 | 7 026 645 |
| Estado e outros entes públicos | 13 | 3 472 715 | 3 354 634 |
| Financiamentos obtidos | 22 | 1 375 000 | 14 375 000 |
| Outras dívidas a pagar | 23 | 5 619 562 | 4 739 319 |
| Diferimentos | 15 | 6 049 897 | 5 040 963 |
| Total de passivo corrente | | 23 565 195 | 34 536 561 |
| TOTAL DO PASSIVO | | 38 649 743 | 37 526 355 |
| TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO | | 50 029 665 | 45 406 350 |

O Conselho de Administração

Diretora Financeira

Dra. Sónia Maria Vieira Caneira Cunha Leão

Presidente

Eng.º Manuel Tomás Cortez Rodrigues Queiró

Contabilista Certificada

Dr. Paula Cristina Tavares Serra Ribeiro

Vogal

Dr. Nuno Serra de Sanches Osório

I DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

Período findo em 31 de dezembro de 2016

| | Notas | 2016 | 2015 |
|---|-------|------------------|------------------|
| RENDIMENTOS E GASTOS | | | |
| Vendas e serviços prestados | 25 | 63 044 806 | 58 562 230 |
| Subsídios à exploração | 26 | - | 6 649 |
| Ganhos/perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos | 27 | 426 394 | 453 565 |
| Variação nos inventários de produção | 28 | (35 661) | (153 043) |
| Trabalhos para a própria entidade | 29 | - | 1 140 |
| Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas | 30 | (17 827 250) | (16 396 296) |
| Fornecimento e serviços externos | 31 | (15 529 870) | (13 718 177) |
| Gastos com o pessoal | 32 | (25 495 239) | (25 314 167) |
| Imparidade de inventários (perdas/reversões) | 11 | (59 398) | (418 132) |
| Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões) | 12 | (33 514) | (7 225) |
| Provisões (aumentos/reduções) | 21 | 30 247 | 184 733 |
| Outros rendimentos | 33 | 2 730 503 | 1 209 395 |
| Outros gastos | 34 | (1 846 790) | (1 087 628) |
| Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos | | 5 404 228 | 3 323 044 |
| Gastos/reversões de depreciação e de amortização | 35 | (1 020 879) | (1 114 171) |
| Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos) | | 4 383 350 | 2 208 873 |
| Juros e gastos similares suportados | 36 | (476 845) | (707 923) |
| Resultado antes de imposto | | 3 906 504 | 1 500 951 |
| Imposto sobre o rendimento do período | 37 | (406 577) | (122 900) |
| Resultado líquido do período | | 3 499 927 | 1 378 050 |

O Conselho de Administração

Diretora Financeira

Sónia Maria Vieira Caneira Cunha Leão

Dra. Sónia Maria Vieira Caneira Cunha Leão

Presidente

Manuel Tomás Cortez Rodrigues Queiró

Eng.º Manuel Tomás Cortez Rodrigues Queiró

Contabilista Certificada

Paula Cristina Tavares Serra Ribeiro

Dra. Paula Cristina Tavares Serra Ribeiro

Vogal

Nuno Serra de Sanches Osório

Dr. Nuno Serra de Sanches Osório



I DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA

| | 31-12-2016 | 31-12-2015 |
|--|--------------------|--------------------|
| ATIVIDADES OPERACIONAIS | | |
| Recebimentos de clientes | 79 759 551 | 77 712 297 |
| Pagamentos a fornecedores | (46 575 658) | (36 378 085) |
| Pagamentos ao pessoal | (24 247 397) | (23 763 366) |
| Caixa gerada pelas operações | 8 936 497 | 17 570 845 |
| Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento | (19 103) | 8 410 |
| Outros recebimentos/pagamentos | (8 191 028) | (8 734 659) |
| | (8 210 131) | (8 726 250) |
| FLUXOS DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS [1] | 726 366 | 8 844 596 |
| ATIVIDADES DE INVESTIMENTO | | |
| Recebimentos provenientes de: | | |
| Investimentos Financeiros | - | 333 333 |
| Dividendos | 351 098 | - |
| | 351 098 | 333 333 |
| Pagamentos respeitantes a: | | |
| Ativos fixos tangíveis | (452 872) | (362 328) |
| Ativos intangíveis | (47 724) | - |
| | (500 596) | (362 328) |
| FLUXOS DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO [2] | (149 498) | (28 995) |
| ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO | | |
| Recebimentos provenientes de: | | |
| Financiamentos obtidos | 3 372 477 | 1 808 474 |
| | 3 372 477 | 1 808 474 |
| Pagamentos respeitantes a: | | |
| Financiamentos obtidos | (4 247 477) | (4 229 112) |
| Juros e gastos similares | (600 036) | (609 437) |
| | (4 847 513) | (4 838 549) |
| FLUXOS DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO [3] | (1 475 036) | (3 030 074) |
| VARIAÇÃO DE CAIXA E SEUS EQUIVALENTES [4]=[1]+[2]+[3] | (898 168) | 5 785 526 |
| EFEITOS DAS DIFERENÇAS DE CÂMBIO | 2 907 | (75) |
| CAIXA E SEUS EQUIVALENTES NO INÍCIO DO PERÍODO | 5 815 839 | 30 387 |
| CAIXA E SEUS EQUIVALENTES NO FIM DO PERÍODO | 4 920 577 | 5 815 839 |

I DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

MAPAS DAS DEMONSTRAÇÕES DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO

DEMONSTRAÇÕES DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO

Período 2016

Capital próprio atribuído aos detentores do capital da empresa-mãe

| | Notas | Capital subscrito | Ações (quotas próprias) | Outros instru- mentos de capital próprio | Prêmios de emissão | Reservas legais | Outras reservas |
|---|---------------|----------------------|-------------------------------|--|--------------------------|--------------------|--------------------|
| POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2016 | 1 | 8 100 000 | - | 10 316 222 | - | 95 506 | 617 458 |
| Alterações no Período | | | | | | | |
| Primeira adoção do referencial contábilístico | | | | | | | |
| Alterações de políticas contábilísticas | | | | | | | |
| Diferenças de conversão de demonstrações financeiras | | | | | | | |
| Realização do excedente de revalorização | | | | | | | |
| Excedentes de revalorização | | | | | | | |
| Ajustamentos por impostos diferidos | | | | | | | |
| Outras alterações reconhecidas no capital próprio | | | | | | | |
| Total das alterações no período | 2 | - | - | - | - | - | - |
| Resultado Líquido do Período | 3 | - | - | - | - | - | - |
| Resultado Integral | 4=2+3 | - | - | - | - | - | - |
| Operações com detentores de capital próprio no período | | | | | | | |
| Subscrição de capital | | | | | | | |
| Subscrição de prêmios de emissão | | | | | | | |
| Distribuições | | | | | | | |
| Entradas para cobertura de perdas | | | | | | | |
| Outras operações | 20 | | | | | | |
| Total das operações com detentores de capital no período | 5 | - | - | - | - | - | - |
| POSIÇÃO NO FINAL DO PERÍODO 2016 | 6=1+2 +3+5 | 8 100 000 | - | 10 316 222 | - | 95 506 | 617 458 |



Capital próprio atribuído aos detentores do capital da empresa-mãe

| | Resultados transitados | Excedentes de revalorização | Ajustamentos/ outras variações no capital próprio | Resultado líquido do período | Total | Interesse que não controlam | Total do Capital Próprio |
|---|------------------------|-----------------------------|---|------------------------------|-------------------|-----------------------------|--------------------------|
| POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2016 | (12 627 242) | | | 1 378 050 | 7 879 995 | - | 7 879 995 |
| Alterações no Período | | | | | | | |
| I Primeira adoção do referencial contábilístico | | | | | | | |
| I Alterações de políticas contábilísticas | | | | | | | |
| I Diferenças de conversão de demonstrações financeiras | | | | | | | |
| I Realização do excedente de revalorização | | | | | | | |
| I Excedentes de revalorização | | | | | | | |
| I Ajustamentos por impostos diferidos | | | | | | | |
| I Outras alterações reconhecidas no capital próprio | | | | | - | - | - |
| Total das alterações no período | - | - | - | - | - | - | - |
| Resultado Líquido do Período | - | - | - | 3 499 927 | 3 499 927 | - | 3 499 927 |
| Resultado Integral | - | - | - | 3 499 927 | 3 499 927 | - | 3 499 927 |
| Operações com detentores de capital próprio no período | | | | | | | |
| I Subscrição de capital | | | | | | | |
| I Subscrição de prêmios de emissão | | | | | | | |
| I Distribuições | | | | | | | |
| I Entradas para cobertura de perdas | | | | | | | |
| I Outras operações | 1 378 050 | | | (1 378 050) | | | - |
| Total das operações com detentores de capital no período | 1 378 050 | - | - | (1 378 050) | - | - | - |
| POSIÇÃO NO FINAL DO PERÍODO 2016 | (11 249 191) | - | - | 3 499 927 | 11 379 923 | - | 11 379 923 |


DEMONSTRAÇÕES DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO
 Período 2015

Capital próprio atribuído aos detentores do capital da empresa-mãe

| | | Notas | Capital subscrito | Ações (quotas próprias) | Outros instru- mentos de capital próprio | Prêmios de emissão | Reservas legais | Outras reservas |
|---|-----------------------|-------|----------------------|-------------------------------|--|--------------------------|--------------------|--------------------|
| POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2015 | 1 | | 8 100 000 | | 10 316 222 | | 95 506 | 617 458 |
| Alterações no Período | | | | | | | | |
| Primeira adoção do referencial contabilístico | | | | | | | | |
| Alterações de políticas contabilísticas | | | | | | | | |
| Diferenças de conversão de demonstrações financeiras | | | | | | | | |
| Realização do excedente de revalorização | | | | | | | | |
| Excedentes de revalorização | | | | | | | | |
| Ajustamentos por impostos diferidos | | | | | | | | |
| Outras alterações reconhecidas no capital próprio | | | | | | | | |
| Total das alterações no período | 2 | | - | - | - | - | - | - |
| Resultado Líquido do Período | 3 | | - | - | - | - | - | - |
| Resultado Integral | 4=2+3 | | - | - | - | - | - | - |
| Operações com detentores de capital próprio no período | | | | | | | | |
| Subscrição de capital | | | | | | | | |
| Subscrição de prémios de emissão | | | | | | | | |
| Distribuições | | | | | | | | |
| Entradas para cobertura de perdas | | | | | | | | |
| Outras operações | | 20 | | | | | | |
| Total das operações com detentores de capital no período | 5 | | - | - | - | - | - | - |
| POSIÇÃO NO FINAL DO PERÍODO 2015 | 6=1+2 +3+5 | | 8 100 000 | - | 10 316 222 | - | 95 506 | 617 458 |



Capital próprio atribuído aos detentores do capital da empresa-mãe

| | Resultados transitados | Excedentes de revalorização | Ajustamentos/ outras variações no capital próprio | Resultado líquido do período | Total | Interesse que não controlam | Total do Capital Próprio |
|---|------------------------|-----------------------------|---|------------------------------|-----------|-----------------------------|--------------------------|
| POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2015 | (13 536 727) | | | 909 485 | 6 501 945 | - | 6 501 945 |
| Alterações no Período | | | | | | | |
| I Primeira adoção do referencial contabilístico | | | | | | | |
| I Alterações de políticas contabilísticas | | | | | | | |
| I Diferenças de conversão de demonstrações financeiras | | | | | | | |
| I Realização do excedente de revalorização | | | | | | | |
| I Excedentes de revalorização | | | | | | | |
| I Ajustamentos por impostos diferidos | | | | | | | |
| I Outras alterações reconhecidas no capital próprio | | | | | - | - | - |
| Total das alterações no período | - | - | - | - | - | - | - |
| Resultado Líquido do Período | - | - | - | 1 378 050 | 1 378 050 | | 1 378 050 |
| Resultado Integral | - | - | - | 1 378 050 | 1 378 050 | | 1 378 050 |
| Operações com detentores de capital próprio no período | | | | | | | |
| I Subscrição de capital | | | | | | | |
| I Subscrição de prémios de emissão | | | | | | | |
| I Distribuições | | | | | | | |
| I Entradas para cobertura de perdas | | | | | | | |
| I Outras operações | 909 485 | | | (909 485) | - | | - |
| Total das operações com detentores de capital no período | 909 485 | - | - | (909 485) | - | - | - |
| POSIÇÃO NO FINAL DO PERÍODO 2015 | (12 627 242) | - | - | 1 378 050 | 7 879 995 | - | 7 879 995 |

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS





IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE

A EMEF – Empresa de Manutenção de Equipamento Ferroviário S.A., adiante designada por EMEF, é uma sociedade anónima com sede social na Rua D. Afonso Henriques, 2330-519 Entroncamento, constituída em dezembro de 1992, tendo iniciado a sua atividade em 30 de janeiro de 1993.

A EMEF possui vários estabelecimentos de produção dispersos pelas zonas norte, centro e sul do território nacional, e tem como atividade principal o fabrico, reabilitação, grande reparação e manutenção de equipamentos e veículos ferroviários.

Em 31 de dezembro de 2016 a EMEF possui as seguintes participações financeiras:

- a) EMEF/SIEMENS ACE – Serviços Integrados de Manutenção e Engenharia Ferroviária, ACE, tendo como objeto social a sinergia e otimização das entidades agrupadas no que respeita à manutenção de locomotivas elétricas “LE 5600” e “LE 4700” ao abrigo do contrato entre o Agrupamento e a CP – Comboios de Portugal E.P.E. A EMEF tem uma participação no Agrupamento de 51%;
- b) Nomad Tech Lda, na qual detém uma participação de 35% e cujo objeto social é a prestação de serviços de engenharia, inovação e tecnologia aplicada ao setor dos transportes, fabrico, reparação e manutenção de componentes e desenvolvimento de soluções informáticas, tendo iniciado a sua atividade em 11 de novembro de 2013.

A EMEF é detida pela CP – Comboios de Portugal, E.P.E., com sede social na Calçada do Duque, n.º 20, 1249-109 Lisboa. A EMEF integra o Grupo CP. A CP apresenta as suas Demonstrações Financeiras consolidadas, que expressam a posição financeira e os resultados das operações do Grupo. As Demonstrações Financeiras consolidadas poderão ser consultadas nas instalações da empresa-mãe e no seu *site* institucional.

II NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS // 2.

REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1 / REFERENCIAL CONTABILÍSTICO

As demonstrações financeiras da EMEF foram preparadas de acordo com o preconizado no Sistema de Normalização Contabilística (SNC), adotado pela primeira vez na Empresa em 2010, e regulado pelos seguintes diplomas legais:

- Decreto-Lei n.º 158/2009, de 14 de julho;
- Decreto-Lei n.º 98/2015, de 2 de junho;
- Portaria n.º 220/2015, de 24 de julho (Modelos de Demonstrações Financeiras);
- Aviso n.º 8254/2015, de 16 de julho (Estrutura Conceptual);
- Aviso n.º 8256/2015, de 16 de julho (Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro - NCRF);
- Portaria n.º 218/2015, de 23 de julho (Código de Contas).

As demonstrações financeiras agora apresentadas refletem os resultados das operações da Empresa e a sua posição financeira, para os períodos findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015. Todos os valores estão expressos em euros (€).

As referidas demonstrações foram elaboradas no pressuposto da continuidade de operações da EMEF e do regime do acréscimo, e em conformidade com as características qualitativas da compreensibilidade, relevância, materialidade, fiabilidade, representação fidedigna, substância sobre a forma, neutralidade, prudência, plenitude e comparabilidade.

A Empresa não apresenta demonstrações financeiras consolidadas, ao abrigo da alínea a) do n.º 4 do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 158/2009, de 14 de julho.



2.2 / DERROGAÇÕES DAS DISPOSIÇÕES DO SNC

Não foram feitas derrogações às disposições do SNC que tenham produzido efeitos materialmente relevantes e que pudessem por em causa a imagem verdadeira e apropriada que deva ser transmitida aos interessados pelas informações disponibilizadas.

2.3 / CONTEÚDOS DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS NÃO COMPARÁVEIS COM O PERÍODO ANTERIOR

Não foram efetuadas alterações de políticas contabilísticas ou detetados erros que afetem de forma material a comparação de valores entre os exercícios.

No que respeita à apresentação das demonstrações financeiras da EMEF, referentes ao exercício de 2015, estas foram ajustadas ao disposto na Portaria n.º 220/2015 de 24 de julho, que aprova os novos modelos das Demonstrações Financeiras com efeito a partir de 1 de janeiro de 2016, e deixam por isso de ser apresentadas de acordo com o disposto no Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho.

No quadro abaixo evidencia-se o resumo das rubricas das demonstrações financeiras de 2015 ajustadas.



| | 2015 DF's divulgadas no R&C/2015 Portaria 986/2009 de 07 set. de 2009 | 2015 Ajustado Novo Modelo das DF's Portaria 220/2015 de 24 jul. de 2015 |
|--|---|---|
| ATIVO | | |
| Ativo corrente | | |
| Adiantamentos a Fornecedores (designação 2015) | 71 640 | |
| Outras contas a receber (designação 2015) | 4 928 046 | |
| Outros créditos a receber (nova designação) | | 4 999 686 |

II NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS // 3.

ADOÇÃO PELA PRIMEIRA VEZ DAS NCRF – DIVULGAÇÃO TRANSITÓRIA

A empresa efetuou a transição para as NCRF em 1 de janeiro de 2009, e essas demonstrações financeiras foram divulgadas pela primeira vez no Relatório e Contas de 2010, com os valores comparativos já convertidos para NCRF.

II NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS // 4.

PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

4.1 / BASES DE MENSURAÇÃO USADAS NA PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com o princípio do custo histórico e com as NCRF. Tal situação requer que o Órgão de Gestão da EMEF formule julgamentos, estimativas e pressupostos que afetam a aplicação das políticas contabilísticas e o valor dos ativos, dos passivos, dos rendimentos e dos gastos. As estimativas e pressupostos associados são baseados na experiência histórica e noutros fatores considerados relevantes de acordo com cada circunstância particular constituindo a base para os julgamentos sobre os valores dos ativos e passivos cuja valorização não seria possível de obter através de outras fontes. Os resultados reais podem diferir das estimativas.

As questões que requerem um maior grau de julgamento ou complexidade, ou para as quais os pressupostos e estimativas são considerados significativos, são apresentados na Nota 4.5 - Principais fontes de incerteza das estimativas.



4.2 / OUTRAS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS RELEVANTES

As principais políticas contabilísticas aplicadas na preparação das demonstrações financeiras encontram-se descritas nos pontos que se seguem e foram aplicadas de forma consistente para os períodos apresentados.

A. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, que compreende o seu preço de compra, os direitos de importação, os impostos de compra não reembolsáveis e são deduzidos dos descontos e abatimentos.

Incluem ainda gastos diretamente atribuíveis ao ativo para o colocar na localização pretendida e em condições de desempenhar as funções para as quais foi adquirido ou produzido, deduzido das respetivas depreciações acumuladas e perdas por imparidade.

Os gastos com a manutenção e a reparação, que não aumentem a vida útil destes ativos, são registados como gastos do período em que ocorrem.

Os gastos subsequentes são incluídos na quantia escriturada do ativo sempre que se perspetive que originem benefícios económicos futuros para a EMEF.

Os ganhos ou perdas provenientes do abate ou alienação são determinados pela diferença entre o valor de realização e o valor contabilístico do ativo, sendo reconhecidos como rendimentos ou gastos no período. No caso de alienação de bens revalorizados, o montante incluído em excedentes de revalorização é transferido para resultados transitados.

DEPRECIAÇÕES

As depreciações são calculadas sobre os valores de aquisição, segundo o método das quotas constantes por duodécimos com base em taxas que correspondem à vida útil esperada para cada tipo de bem. Os períodos de vida útil esperada para cada classe do ativo situam-se nos intervalos abaixo indicados:

| | Número de anos |
|--------------------------------|----------------|
| Edifícios e outras construções | 2 a 20 |
| Equipamento básico | 1 a 16 |
| Equipamento de transporte | 1 a 11 |
| Equipamento administrativo | 1 a 12 |
| Outros ativos fixos tangíveis | 1 a 14 |

Os terrenos não são objeto de depreciação.

B. ATIVOS INTANGÍVEIS

A EMEF reconhece um ativo intangível sempre que exerça controlo sobre o mesmo, o bem seja identificável, seja provável que fluam benefícios económicos futuros para a Empresa e o seu custo possa ser mensurado com fiabilidade.

ATIVOS INTANGÍVEIS COM VIDA ÚTIL FINITA

Os ativos intangíveis com vida útil finita encontram-se registados ao custo de aquisição deduzido das respetivas amortizações acumuladas e das perdas por imparidade.

AQUISIÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE SOFTWARE

Os gastos incorridos com a aquisição de software são capitalizados, assim como as despesas adicionais necessárias à sua implementação. Estes gastos são amortizados pelo método das quotas constantes por duodécimos ao longo da sua vida útil esperada.

Os gastos com a manutenção de programas informáticos são reconhecidos como gastos do período em que ocorrem.

As vidas úteis esperadas dos ativos intangíveis são as seguintes:



| | Número de anos |
|-------------------------|----------------|
| Programas de computador | 1 a 3 |

C. LOCAÇÕES

A EMEF classifica as operações de locação como locações financeiras ou locações operacionais em função da substância da transação e não da forma do contrato.

Classificam-se como operações de locação financeira as operações em que a locadora transfere para o locatário todos os riscos e benefícios inerentes à posse do ativo locado. Todas as restantes operações de locação são classificadas como locações operacionais.

Os pagamentos efetuados pela EMEF à luz dos contratos de locação operacional são registados como gasto do período a que dizem respeito.

D. PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS

Os investimentos financeiros em subsidiárias e associadas são registados pelo método da equivalência patrimonial, sendo as participações inicialmente contabilizadas pelo custo de aquisição, o qual foi acrescido ou reduzido proporcionalmente à participação nos capitais próprios dessas empresas, reportado à data de aquisição ou da primeira aplicação do método da equivalência patrimonial.



Com a aplicação deste método, as demonstrações financeiras incluem o interesse da Empresa no total de ganhos e perdas reconhecidos das subsidiárias, das associadas e das entidades conjuntamente controladas, desde a data em que a influência significativa começa, até à data em que efetivamente termina.

As perdas apenas são reconhecidas até ao limite do interesse detido em subsidiárias, associadas ou empreendimentos conjuntos, conforme aplicável. As perdas adicionais deverão ser tidas em conta, mediante reconhecimento de um passivo, somente na medida em que o investidor tenha incorrido em obrigações legais ou construtivas ou feito pagamentos a favor da investida.

INVESTIMENTOS EM SUBSIDIÁRIAS

As participações financeiras em associadas presumem a existência de influência significativa, isto é, o poder de exercer mais de 20% dos direitos de voto da associada, mas não exercer controlo sobre as suas políticas financeiras e operacionais.

ENTIDADES CONJUNTAMENTE CONTROLADAS

As entidades conjuntamente controladas são entidades em que a Empresa tem controlo conjunto definido por acordo contratual.

IMPARIDADE

A Empresa avalia, à data de balanço, se há algum indício de que um ativo possa estar em imparidade. Sempre que a quantia escriturada pela qual o ativo se encontra registado é superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade, registada como um gasto na rubrica "Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis" ou "Imparidade de investimentos não depreciáveis/amortizáveis". A quantia recuperável é a mais alta do preço de venda líquido e do valor de uso. O preço de venda líquido é o montante que se obteria com a alienação do ativo numa transação entre entidades independentes e conhecedoras, deduzido dos custos diretamente atribuíveis à alienação. O valor de uso é o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados que se espera que surjam do uso continuado do ativo e da sua alienação no final da vida útil. A quantia recuperável é estimada para cada ativo, individualmente ou, no caso de não ser possível, para a unidade geradora de fluxos de caixa à qual o ativo pertence.

Após o reconhecimento de uma perda por imparidade, o gasto com a amortização/depreciação do ativo é ajustado nos períodos futuros para imputar a quantia escriturada revista do ativo, menos o seu valor residual (se o houver) numa base sistemática, durante a vida útil remanescente.

Sempre que seja identificado um evento ou alteração nas circunstâncias que indiquem que o montante pelo qual o ativo se encontra registado não possa ser recuperado, é efetuada uma nova avaliação da imparidade.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em períodos anteriores é registada quando se conclui que as perdas por imparidade reconhecidas já não existem ou diminuíram. Esta análise é efetuada sempre que existam indícios que a perda de imparidade anteriormente reconhecida tenha revertido. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida como um rendimento na demonstração dos resultados. Contudo, a reversão da perda por imparidade é efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortização ou depreciação), caso a perda por imparidade não se tivesse registado em períodos anteriores.

E. INVENTÁRIOS

Os critérios de reconhecimento e mensuração de inventários (matérias-primas e subsidiárias, produtos acabados e intermédios e produtos e trabalhos em curso) são os abaixo descritos:

RECONHECIMENTO E MENSURAÇÃO

As **matérias-primas, subsidiárias e de consumo** encontram-se mensuradas ao menor valor entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido. O valor realizável líquido corresponde ao preço de venda estimado no decurso normal da atividade, deduzido dos respetivos custos de venda. São considerados como custo os valores inerentes à compra, conversão e outros incorridos para colocar os inventários no seu local e na sua condição de utilização ou venda.

Os **produtos e trabalhos em curso** encontram-se valorizados ao mais baixo de entre o custo de produção (que inclui o custo das matérias incorporadas e da subcontratação de serviços, mão-de-obra direta e gastos gerais de fabrico) e o valor realizável líquido.

Os **produtos acabados** transferidos de produtos e trabalhos em curso, após a sua conclusão, encontram-se valorizados aos custos de produção ou ao valor realizável líquido, caso este seja mais baixo.

O método adotado para o custeio das saídas é o custo médio ponderado.

PERDAS POR IMPARIDADE DE INVENTÁRIOS

A Empresa reduz o custo dos inventários (*write down*) para o seu valor realizável líquido, sempre que esses ativos estão escriturados por quantias superiores àquelas que previsivelmente resultariam da sua venda ou uso.

A quantia de qualquer ajustamento dos inventários para o valor realizável líquido é reconhecida como gasto do período em que a perda ocorra. Os critérios adotados na determinação das perdas por imparidade têm por base a duração de cada contrato específico de prestação de serviços e as perspetivas de consumo/rotação dos mesmos. Tais critérios encontram-se sistematizados na Nota 11.

Quando as circunstâncias que motivaram o ajustamento ao valor dos inventários deixarem de existir, ou quando houver uma alteração no valor realizável líquido devido à alteração nas circunstâncias económicas, a quantia dos ajustamentos é revertida/reforçada.



F. CONTAS A RECEBER

As contas a receber encontram-se registradas pelo seu valor nominal, sendo apresentadas em balanço deduzidas das perdas por imparidade que lhe estejam associadas.

As perdas por imparidade são registradas, por contrapartida de gastos, com base na avaliação regular da existência de evidência objetiva de imparidade associada aos valores a receber de terceiros na data do balanço. A imparidade registrada é revertida por contrapartida de rendimentos do período, caso se verifique uma redução da perda estimada.

Usualmente, as dívidas de terceiros decorrentes da atividade operacional não vencem juros.

G. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

A caixa e seus equivalentes englobam o dinheiro em caixa e em depósitos à ordem e os investimentos financeiros de curto prazo, de liquidez elevada, que sejam prontamente convertíveis para quantias conhecidas de dinheiro e que estejam sujeitos a um risco residual de alterações de valor.

H. TRANSAÇÕES EM MOEDA ESTRANGEIRA

As transações em moeda estrangeira são convertidas para euros à taxa de câmbio em vigor na data da transação.

Os ativos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos para euros à taxa de câmbio em vigor na data das demonstrações financeiras. As diferenças cambiais resultantes desta conversão são reconhecidas nos resultados do período.

As diferenças de câmbio resultantes da liquidação e relato de itens monetários a taxas diferentes das que foram inicialmente registradas durante o período, ou relatadas em demonstrações financeiras anteriores são reconhecidas nos resultados do período em que ocorrem.

As cotações utilizadas à data da demonstração da posição financeira foram as seguintes:

| Moeda | Taxa de câmbio | |
|-----------------------|----------------|---------|
| | 2016 | 2015 |
| Dólar / US - USD | 1,0541 | 1,0887 |
| Libra esterlina - GBP | 0,85618 | 0,73395 |

I. CAPITALIZAÇÃO DE GASTOS COM FINANCIAMENTOS OBTIDOS

Os gastos com financiamentos obtidos são reconhecidos como um gasto do período em que ocorrem, não sendo capitalizados, mesmo que diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo que se qualifica.

J. PROVISÕES

São reconhecidas provisões quando:

- A EMEF tem uma obrigação presente, legal ou construtiva resultante de um acontecimento passado;
- Seja provável que, para a resolução dessa obrigação ocorra uma saída de recursos;
- O montante da obrigação possa ser fiavelmente estimado.

As provisões são revistas na data de cada balanço e são ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa a essa data.

K. ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES

Os passivos contingentes são definidos pela Empresa como: (i) obrigações possíveis que surjam de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não, de um ou mais acontecimentos futuros, incertos e não totalmente sob o seu controle; ou (ii) obrigações presentes que surjam de acontecimentos passados mas que não são reconhecidas porque não é provável que um exfluxo de recursos que incorpore benefícios económicos seja necessário para liquidar a obrigação, ou a quantia da obrigação não pode ser mensurada com suficiente fiabilidade. Os passivos contingentes são divulgados, a menos que seja remota a possibilidade de um exfluxo de recursos.

Os ativos contingentes surgem normalmente de eventos não planeados ou outros esperados que darão origem à possibilidade de um influxo de benefícios económicos. A Empresa não reconhece ativos contingentes no balanço, procedendo apenas à sua divulgação no anexo se considerar que os benefícios económicos que daí poderão resultar forem prováveis. Quando a sua realização for virtualmente certa, então o ativo não é contingente e o reconhecimento é apropriado.

L. REGIME DE ACRÉSCIMO

Os gastos e rendimentos são registados no período a que se referem independentemente do momento do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o regime de acréscimo. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos, e os correspondentes rendimentos e gastos, são registados nas rubricas de diferimentos ativos ou passivos, conforme sejam valores a receber ou a pagar.

No final do ano são efetuadas estimativas para os montantes não reconhecidos, que repõem na demonstração de resultados os valores respeitantes aos gastos e rendimentos cujo valor real não seja conhecido e respeitem ao período em causa.

CONTRATOS DE CONSTRUÇÃO

O rédito dos contratos cujo desfecho possa ser fiavelmente estimado é reconhecido de acordo com o método da percentagem de acabamento, segundo o qual o rédito é balanceado com os gastos contratuais incorridos ao atingir a fase de acabamento, o que se traduz no



reconhecimento de rédito, gastos e lucros, atribuíveis na medida do trabalho concluído.

Nos casos em que o desfecho não possa ser estimado com fiabilidade, o rédito é reconhecido até ao ponto em que seja provável que os custos dos contratos incorridos sejam recuperáveis.

M. RECONHECIMENTO DO RÉDITO

Os réditos são registados no período a que se referem, independentemente da data do seu recebimento, de acordo com o regime do acréscimo.

As vendas e prestações de serviços são reconhecidas líquidas de impostos, abatimentos ou descontos e outros gastos inerentes à sua concretização, pelo justo valor do montante recebido ou a receber.

VENDA DE BENS

O rédito proveniente da venda de bens só é reconhecido quando tiverem sido satisfeitas todas as seguintes condições:

- A EMEF tenha transferido para o comprador os riscos e vantagens significativos da propriedade dos bens;
- A EMEF não mantenha envolvimento continuado de gestão com grau geralmente associado com a posse, nem o controlo efetivo dos bens vendidos;
- A quantia do rédito seja fiavelmente mensurada;
- Seja provável que os benefícios económicos associados com a transação fluam para a Empresa;
- Os gastos incorridos ou a incorrer referentes à transação sejam fiavelmente mensurados.

PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

O rédito associado a uma prestação de serviços é reconhecido com base na fase de acabamento da transação à data do balanço, quando o desfecho da transação possa ser fiavelmente estimado. O desfecho de uma transação pode ser fiavelmente estimado, quando todas as condições seguintes forem satisfeitas:

- A quantia de rédito seja fiavelmente mensurada;
- Seja provável que os benefícios económicos associados à transação fluam para a Empresa;
- A fase de acabamento da transação à data do balanço seja fiavelmente mensurada;
- Os gastos incorridos com a transação ou a incorrer para a conclusão do mesmo sejam fiavelmente mensurados.

Quando o desfecho de uma transação não possa ser fiavelmente estimado e não seja provável que os gastos incorridos sejam recuperados, o rédito não é reconhecido.

Para o reconhecimento e mensuração do rédito das prestações de serviços de manutenção e reparação, é adotado o método da percentagem de acabamento nas situações em que o desfecho da transação seja fiavelmente estimado, em conformidade com as condições acima referidas. Nas situações em que as condições para considerar o desfecho da transação como fiavelmente estimado não são cumulativamente satisfeitas, a Empresa procede apenas ao reconhecimento dos gastos incorridos, não reconhecendo qualquer rédito, por não ser provável que aqueles gastos sejam recuperados, em conformidade com o preconizado na NCRF 20 – Rédito.

Para determinação da fase de acabamento dos contratos à data do balanço, importa aferir o trabalho executado utilizando o método mais adequado à natureza dos contratos, designadamente:

- Proporção dos custos incorridos relativamente aos custos estimados totais;
- Levantamento do trabalho executado;
- Conclusão de uma proporção física do trabalho executado.

Sempre que, face aos custos incorridos e a incorrer no âmbito dos contratos, seja previsível que o somatório destes exceda o total dos réditos reconhecidos e a reconhecer, é reconhecida uma perda nos resultados do período em que ela seja constatada, a título de provisão.

N. GASTOS/RENDIMENTOS DE FINANCIAMENTOS

Os gastos/rendimentos de financiamentos incluem os juros pagos pelos financiamentos obtidos, os juros recebidos de aplicações efetuadas e rendimentos e gastos similares obtidos e suportados.

Os juros são reconhecidos de acordo com o regime de acréscimo.

O. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Empresa reconhece um ativo financeiro, um passivo financeiro ou um instrumento de capital próprio apenas quando se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento, nos termos da NCRF 27 – Instrumentos Financeiros.

Os gastos iniciais não incluem os gastos de transação dos ativos ou passivos financeiros mensurados ao justo valor com contrapartida em resultados.

IMPARIDADE

A cada data de balanço é efetuada uma avaliação da existência de evidência objetiva de imparidade, nomeadamente da qual resulte um impacto adverso nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros e sempre que possa ser medido de forma fiável.

Para os ativos financeiros que apresentam indicadores de imparidade, é determinado o respetivo valor recuperável, sendo as perdas por imparidade registadas por contrapartida de resultados.



P. IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO DO PERÍODO

Os impostos sobre o rendimento reconhecidos como gastos dos períodos abrangidos pelas presentes demonstrações financeiras, encontram-se corrigidos pelo efeito da contabilização dos impostos diferidos, caso existam diferenças temporárias tributáveis e/ou dedutíveis.

Os ativos por impostos diferidos são registados unicamente quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para os utilizar.

Os passivos por impostos diferidos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias tributáveis (com exceção do *goodwill* não dedutível para efeitos fiscais), das diferenças resultantes do reconhecimento inicial de ativos e passivos que não afetem quer o lucro contabilístico quer o fiscal e das diferenças relacionadas com investimentos em subsidiárias, na medida em que não seja provável que se revertam no futuro.

A este propósito, as principais estimativas utilizadas nas demonstrações financeiras estão descritas na Nota 4.5 - Principais fontes de incerteza das estimativas.

Q. SUBSÍDIOS À EXPLORAÇÃO

Os subsídios do Estado são reconhecidos de acordo com o justo valor quando existe uma garantia razoável que irão ser recebidos e que a Empresa cumprirá as condições exigidas para a sua concessão.

R. BENEFÍCIOS DOS EMPREGADOS

Os benefícios de curto prazo dos empregados incluem salários, ordenados, complementos de trabalho noturno, retribuições eventuais por trabalho extraordinário, prémios de produtividade e assiduidade, subsídio de alimentação, subsídio de férias e de Natal, abonos para falhas e quaisquer outras retribuições adicionais decididas pontualmente pelo órgão de gestão. Para além disso, são ainda incluídas as contribuições para a Segurança Social de acordo com a incidência contributiva decorrente da legislação aplicável, as faltas autorizadas e remuneradas, desde que o seu pagamento venha a decorrer dentro dos 12 meses subsequentes ao encerramento do período.

As obrigações decorrentes dos benefícios de curto prazo são reconhecidas como gastos no período em que os serviços são prestados, numa base não descontada, por contrapartida do reconhecimento de um passivo que se extingue com o pagamento respetivo.

De acordo com a legislação laboral aplicável, o direito a férias e subsídio de férias relativo ao período, por este coincidir com o ano civil, vence-se em 31 de dezembro de cada ano, sendo somente pago durante o período seguinte, pelo que os gastos correspondentes se encontram reconhecidos como benefícios de curto prazo e tratados de acordo com o anteriormente referido.

Os benefícios decorrentes da cessação do emprego, quer por decisão unilateral da Empresa quer por mútuo acordo, são reconhecidos como gastos no período em que ocorrerem.

S. ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DE BALANÇO

Os acontecimentos materiais após a data do balanço que não dão lugar a ajustamentos são divulgados na Nota 42.

Os eventos ocorridos após a data do balanço sobre condições que existiam à data do fecho são considerados na preparação das demonstrações financeiras.

4.3 / JUÍZOS DE VALOR

A preparação das demonstrações financeiras em conformidade com as NCRF requer que os gestores exerçam o seu julgamento no processo de aplicação das políticas contabilísticas da empresa.

4.4 / PRINCIPAIS PRESSUPOSTOS RELATIVOS AO FUTURO

A Comissão Europeia encontra-se a investigar o Estado Português por alegados auxílios de Estado à EMEF. A investigação foi desencadeada no seguimento de uma queixa apresentada por um terceiro, tendo dado início a um processo formal de investigação aprofundada, no dia 2 de junho de 2016.

O destinatário direto desta investigação é o Estado Português. Assim, e como decorre da legislação europeia aplicável, a EMEF – na sua qualidade de alegada “beneficiária” dos auxílios - tem neste procedimento um papel secundário (e formalmente pouco interventivo).

A investigação está em curso, não tendo a Comissão adotado qualquer decisão final, sendo que a EMEF se encontra a colaborar com o Estado Português na demonstração da inexistência de auxílios de Estado que, sustentadamente, considera não ter recebido.

4.5 / PRINCIPAIS FONTES DE INCERTEZAS DAS ESTIMATIVAS

A preparação das demonstrações financeiras em conformidade com as NCRF requer o uso de algumas estimativas contabilísticas importantes. As principais estimativas contabilísticas e julgamentos utilizados na aplicação dos princípios contabilísticos são expostos nesta Nota, com o objetivo de melhorar o entendimento de como a sua aplicação afeta os resultados reportados pela Empresa e a sua divulgação.

As estimativas e julgamentos com impacto nas demonstrações financeiras da EMEF são continuamente avaliadas, representando a cada data de relato a melhor estimativa, tendo em conta o desempenho histórico, a experiência acumulada e as expectativas sobre eventos futuros que, nas circunstâncias atuais, acreditamos serem razoáveis. A natureza intrínseca das estimativas e julgamentos pode levar a que o reflexo real das situações que haviam sido



alvo de estimativa possam, para efeitos de relato financeiro, diferir dos montantes estimados. Em muitas situações existem alternativas ao tratamento contabilístico adotado pela Empresa, pelo que os resultados poderiam ser diferentes, caso um outro tratamento tivesse sido escolhido.

Considera-se que as escolhas efetuadas são apropriadas e que as demonstrações financeiras apresentam de forma adequada a posição financeira da Empresa e o resultado das suas operações em todos os aspetos materialmente relevantes.

As estimativas de valores futuros que se justificaram reconhecer nas demonstrações financeiras refletem a evolução previsível da Empresa no quadro do seu plano estratégico e as informações disponíveis face a acontecimentos passados e a situações equivalentes de outras empresas do sector, não sendo previsível qualquer alteração significativa deste enquadramento a curto prazo que possa pôr em causa a validade dessas estimativas ou implicar um risco significativo de ajustamentos materialmente relevantes nas quantias escrituradas dos ativos e passivos no próximo período.

PROVISÕES

As provisões constituídas são registadas pela melhor estimativa do dispêndio exigido para liquidar a obrigação presente à data do balanço.

RECUPERABILIDADE DE SALDOS DE CLIENTES E OUTROS DEVEDORES

As perdas por imparidade relativas a saldos de clientes e outros devedores são baseadas na avaliação efetuada pela EMEF da probabilidade de recuperação daqueles saldos, na antiguidade dos mesmos, anulação de dívidas, incumprimentos frequentes e outros fatores considerados relevantes. São também consideradas outras circunstâncias e factos que possam alterar a probabilidade de recebimento dos saldos das contas a receber, tais como a conjuntura económica. Este processo de avaliação pode conduzir a alterações no montante estimado para perdas de imparidade suficientes para mitigar o risco de incumprimento de clientes e outros devedores. Tais alterações são refletidas nos resultados do período.

RECONHECIMENTO DO RÉDITO

No reconhecimento do rédito a EMEF afere se se encontram satisfeitas as condições que lhe permitam aplicar o método de percentagem de acabamento. Este método aplicado à prestação de serviços tem em consideração os gastos totais estimados, para cada obra/serviço (montante que é apurado pela área operacional, tendo em consideração o trabalho a desenvolver e a experiência passada da Empresa em trabalhos similares), bem como o preço de venda do serviço acordado com o cliente.

Caso existam indicadores que evidenciem a probabilidade dos gastos incorridos não virem a ser recuperados, o rédito não é reconhecido.

PERDAS POR IMPARIDADE - INVENTÁRIOS

Os pressupostos/critérios assumidos nesta matéria, encontram-se apresentados na Nota 11- Inventários.

II NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS // 5.

FLUXOS DE CAIXA

A Demonstração dos Fluxos de Caixa é preparada segundo o método direto, através do qual são divulgados os recebimentos e pagamentos em atividades operacionais, de investimento e de financiamento.

A EMEF classifica os juros pagos como atividades de financiamento, os dividendos recebidos como atividades de investimento e os juros recebidos como atividade operacional.

A 31 de dezembro de 2016, todos os saldos de caixa e seus equivalentes encontram-se disponíveis para uso. A rubrica de caixa e depósitos bancários é constituída pelos seguintes saldos:

| | 31-12-2016 | 31-12-2015 |
|--|------------------|------------------|
| Caixa | | |
| Serviços Centrais | 500 | 500 |
| Parq. Ofici. Norte | 500 | 500 |
| Parq. Ofici. Entroncamento | 500 | 500 |
| Parq. Ofici. Sul | 500 | 500 |
| | 2 000 | 2 000 |
| Depósitos à Ordem | | |
| Novo Banco | 53 992 | 53 969 |
| Banco BPI, SA | 344 954 | 524 084 |
| Banco Comercial Português | 122 472 | 178 324 |
| BCP - Parq. Ofici. Entroncamento | 748 | 494 |
| BCP - Parq. Ofici. Norte | 511 | 1 043 |
| BCP - Serviços Centrais | - | 1 500 |
| Caixa Geral de Depósitos | 45 910 | 54 045 |
| Crédito Agrícola | 205 | 328 |
| IGCP - Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública | 4 349 785 | 5 000 052 |
| | 4 918 577 | 5 813 839 |
| Caixa e seus equivalentes | 4 920 577 | 5 815 839 |



II NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS // 6.

POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS, ERROS E REEXPRESSÕES EFETUADAS

Durante o período em análise, a EMEF não efetuou qualquer alteração nas políticas e estimativas contabilísticas nem fez a reexpressão retrospectiva de qualquer valor nas suas demonstrações financeiras.

II NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS // 7.

ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS



| | 31-12-2016 | 31-12-2015 |
|--|-------------------|-------------------|
| Valor Bruto | | |
| Terrenos e recursos naturais | 1 592 530 | 1 592 530 |
| Edifícios e outras construções | 6 641 606 | 6 372 674 |
| Equipamento básico | 14 917 501 | 14 906 901 |
| Equipamento de transporte | 1 608 711 | 1 658 890 |
| Equipamento administrativo | 2 267 393 | 2 217 908 |
| Outros ativos fixos tangíveis | 2 633 933 | 2 570 108 |
| | 29 661 674 | 29 319 012 |
| Depreciação acumulada e imparidade | | |
| Depreciação do período | 1 010 238 | 1 112 809 |
| Anulações do período | (69 334) | (78 354) |
| Depreciação acumulada de períodos anteriores | 22 814 716 | 21 780 261 |
| | 23 755 621 | 22 814 716 |
| Investimentos em Curso | | |
| Ativo Fixo Tangível em Curso | 608 | - |
| | 608 | - |
| Valor Líquido contabilístico | 5 906 661 | 6 504 296 |

Os movimentos na rubrica de ativos fixos tangíveis durante o ano 2016 são detalhados no quadro seguinte:

| | Saldo Inicial | Adições | Revalori- zações/ Imparidades | Alie- nações | Ativos classificados como detidos para venda | Abates | Transfe- rências | Outras Alterações | Saldo Final |
|--|-------------------|------------------|-------------------------------------|-----------------|---|-----------------|---------------------|----------------------|-------------------|
| Valor Bruto | | | | | | | | | |
| Terrenos e recursos naturais | 1 592 530 | - | - | - | - | - | - | - | 1 592 530 |
| Edifícios e outras construções | 6 372 674 | 21 259 | - | - | - | - | 247 672 | - | 6 641 606 |
| Equipamento básico | 14 906 901 | 22 112 | - | - | - | (11 512) | - | - | 14 917 501 |
| Equipamento de transporte | 1 658 890 | 691 | - | (8 522) | - | (42 348) | - | - | 1 608 711 |
| Equipamento administrativo | 2 217 908 | 54 351 | - | - | - | (4 866) | - | - | 2 267 393 |
| Outros ativos fixos tangíveis | 2 570 108 | 66 437 | - | - | - | (2 612) | - | - | 2 633 933 |
| Outros AFT - Ferramentas e Utensílios | 1 848 005 | 39 915 | - | - | - | (2 612) | - | - | 1 885 307 |
| Outros AFT - Taras e Vasilhame | 16 637 | 746 | - | - | - | - | - | - | 17 383 |
| Outros AFT - Outros Ativos Fixos Tangíveis | 705 466 | 25 777 | - | - | - | - | - | - | 731 243 |
| Investimentos em Curso - Ativo Fixo em curso | - | 248 281 | - | - | - | - | (247 672) | - | 608 |
| | 29 319 012 | 413 130 | - | (8 522) | - | (61 338) | - | - | 29 662 282 |
| Depreciação acumulada e imparidade | | | | | | | | | |
| Edifícios e outras construções | 3 263 105 | 335 607 | - | - | - | - | - | - | 3 598 712 |
| Equipamento básico | 13 307 603 | 509 880 | - | - | - | (11 512) | - | - | 13 805 971 |
| Equipamento de transporte | 1 621 812 | 11 082 | - | (8 522) | - | (42 348) | - | - | 1 582 023 |
| Equipamento administrativo | 2 084 448 | 107 472 | - | - | - | (4 339) | - | - | 2 187 582 |
| Outros ativos fixos tangíveis | 2 537 749 | 46 197 | - | - | - | (2 612) | - | - | 2 581 333 |
| Outros AFT - Ferramentas e Utensílios | 1 832 191 | 33 404 | - | - | - | (2 612) | - | - | 1 862 983 |
| Outros AFT - Taras e Vasilhame | 16 637 | 746 | - | - | - | - | - | - | 17 383 |
| Outros AFT - Outros Ativos Fixos Tangíveis | 688 920 | 12 047 | - | - | - | - | - | - | 700 968 |
| | 22 814 716 | 1 010 238 | - | (8 522) | - | (60 811) | - | - | 23 755 621 |
| Total | 6 504 296 | | | | | | | | 5 906 661 |

No período em análise prosseguiu-se, à semelhança de anos anteriores, com a política de contenção na aquisição de ativos fixos tangíveis, cifrando-se esta no montante de 413.130 euros.

O maior incremento verificou-se na rubrica de edifícios e outras construções, nomeadamente com obras de remodelação realizadas nos parques de resíduos de Santa Apolónia e da Unidade de Manutenção da Alta Velocidade em Contumil.

Para a aquisição, em 2008, do prédio urbano sito na Amadora foi contratado um financiamento conforme referido na Nota 22 – Financiamentos obtidos.

II NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS // 9.

PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS – MÉTODO DA EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL



| | 31-12-2016 | | | 31-12-2015 | | |
|------------------|----------------|------------|----------------|----------------|------------|----------------|
| | Valor Bruto | Imparidade | Valor Líquido | Valor Bruto | Imparidade | Valor Líquido |
| EMEF/Siemens Ace | 437 323 | - | 437 323 | 366 651 | - | 366 651 |
| Nomad Tech Lda | 161 392 | - | 161 392 | 156 500 | - | 156 500 |
| | 598 716 | - | 598 716 | 523 151 | - | 523 151 |

O movimento das participações financeiras reconhecidas pela aplicação do método equivalência patrimonial, é evidenciado como se segue:



| | Saldo Inicial | Adições | Alienações | MEP | Outras alterações | Final |
|--------------------|----------------|---------|------------|----------------|-------------------|----------------|
| Valor Bruto | | | | | | |
| EMEF/Siemens Ace | 366 651 | - | - | 437 323 | (366 651) | 437 323 |
| Nomad Tech Lda | 156 500 | - | - | (10 929) | 15 822 | 161 392 |
| | 523 151 | - | - | 426 394 | (350 829) | 598 716 |

No agrupamento complementar de empresas EMEF/SIEMENS ACE – Serviços Integrados de Manutenção e Engenharia Ferroviária, participam a EMEF, SA e a SIEMENS, com 51% e 49% respetivamente. No período de 2016 o ACE obteve o resultado líquido de 857.497 euros, tendo a EMEF registado nas suas contas pelo método de equivalência patrimonial o montante de 437.323 euros referentes à sua participação. Dos 366.651 euros contabilizados no período anterior foram pagos à EMEF 362.194 euros no decurso do ano 2016. A diferença verificada no montante de 4.457 euros foi regularizada na rubrica relativa a correções de períodos anteriores.



A EMEF detém ainda uma quota de 35% na sociedade Nomad Tech Lda., com o valor nominal de 56.000 euros. Os restantes 65% são detidos pelos seguintes titulares: Nomad Holding Limited (51%), Augusto António Moreira da Costa Franco (7%) e Nuno Pinho da Cruz Leite de Freitas (7%).

A Nomad Tech encerra o seu exercício a 30 de junho de cada ano. À data de encerramento de contas, que ocorreu em 30 de junho de 2016, a sociedade obteve um resultado líquido positivo de 112.761 euros dos quais a EMEF reconheceu nas suas contas 39.466 euros, correspondentes aos 35% de participação. Daquele montante, em 2015, a EMEF reconheceu 46.201 euros em rendimentos e, em 2016, reconheceu 6.734 euros em gastos.

No período compreendido entre julho e dezembro de 2016 aquela sociedade obteve um resultado líquido de -11.986 euros, o que implicou o reconhecimento de um gasto no montante de 4.195 euros na demonstração dos resultados por naturezas da EMEF no período de 2016.

A Nomad Tech efetuou ainda regularização da conta de Resultados Transitados no montante de 45.205 euros em resultado de um incentivo fiscal obtido referente ao ano de 2014, o que originou um impacto favorável na EMEF no montante de 15.822 euros.

Desta forma, a aplicação do MEP para o período completo de 2016, referente à participação na Nomad Tech, gerou nas demonstrações financeiras da EMEF o reconhecimento de um gasto total de 10.929 euros.

A informação financeira referente às Empresas associadas apresenta-se como se segue:



| | % de Participação | Data de Referência | Ativos | Passivos | Capital Próprio | Resultado Líquido |
|--------------------|-------------------|--------------------|-----------|-----------|-----------------|-------------------|
| Valor Bruto | | | | | | |
| EMEF/Siemens Ace | 51 | 31.12.2016 | 9 781 116 | 8 923 619 | 857 497 | 857 497 |
| Nomad Tech Lda | 35 | 31.12.2016 | 2 097 336 | 1 636 215 | 461 121 | (11 986) * |

* Este montante refere-se ao Resultado Líquido do período compreendido entre 01/07/2016 e 31/12/2016; conforme já referido anteriormente, a Nomad Tech encerra o seu exercício a 30 de junho de cada ano.

II NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS // 10.

PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS – OUTROS MÉTODOS

A EMEF detém pequenas participações na Fundação Museu Nacional Ferroviário e no Instituto de Engenharia Mecânica e Gestão Industrial – INEGI que se encontram reconhecidas ao custo menos as perdas por imparidade reconhecidas a 100%, dado não ser expectável recuperar o valor dessas participações.



| | 31-12-2016 | | | 31-12-2015 | | |
|---|---------------|---------------|---------------|---------------|---------------|---------------|
| | Valor Bruto | Imparidade | Valor Líquido | Valor Bruto | Imparidade | Valor Líquido |
| Fundação Museu Nacional Ferroviário | 31 944 | 31 944 | - | 31 944 | 31 944 | - |
| INEGI - Instituto de Engenharia Mecânica e Gestão Industrial | 2 500 | 2 500 | - | 2 500 | 2 500 | - |
| Fundo Comp. Trabalho | 3 760 | - | 3 760 | - | - | - |
| | 34 444 | 34 444 | 3 760 | 34 444 | 34 444 | - |

Em abril de 2016, a EMEF contribuiu, pela primeira vez, para o Fundo de Compensação do Trabalho (FCT) conforme estipulado na Portaria n.º 294-A/2013 de 30 de setembro, em virtude das admissões que ocorreram. Até então, o recrutamento de trabalhadores tinha estado inibido.

O FCT é um mecanismo que visa garantir ao trabalhador o pagamento de uma parte das compensações (até 50%) a que este tem direito em caso de cessação do contrato de trabalho. Para tal, contribui-se mensalmente para o fundo num valor correspondente a 0,925% da retribuição base e diuturnidades devidas a cada trabalhador abrangido.



INVENTÁRIOS



| | 31-12-2016 | 31-12-2015 |
|--|-------------------|-------------------|
| Valor Bruto | | |
| Matérias-primas, subsidiárias e de consumo | 31 033 638 | 26 276 735 |
| Produtos acabados e intermédios | 941 453 | 977 114 |
| Adiantamentos por conta de compras | 298 244 | - |
| | 32 273 335 | 27 253 848 |
| Imparidades acumuladas | | |
| Imparidades do período | 59 398 | (493 400) |
| Imparidades de períodos anteriores | 8 654 078 | 9 147 478 |
| | 8 713 476 | 8 654 078 |
| Valor líquido contabilístico | 23 559 860 | 18 599 771 |

MATÉRIAS-PRIMAS, SUBSIDIÁRIAS E DE CONSUMO

A rubrica de matérias-primas, subsidiárias e de consumo sofreu um acréscimo de 18% face ao ano transato, no montante de 4.756.903 euros. Este aumento significativo ficou a dever-se maioritariamente à aquisição de materiais necessários para três projetos em curso neste momento: a intervenção de meio de vida dos CPA 4000, a intervenção dos 960.000 km (960k) em 40 veículos da frota Eurotram, celebrado com a Metro do Porto, e a manutenção corrente da frota da Metro do Porto.

O contrato para a intervenção de meio de vida dos CPA 4000 irá prolongar-se até meados de 2019, pelo que algumas das aquisições de materiais foram negociadas tendo por base adiantamentos por conta de compras. Esses adiantamentos serão regularizados à medida que forem entregues os materiais para os 10 comboios que compõem o total da intervenção. Do montante de adiantamentos apresentado, 63,3% respeitam a essas aquisições.

O contrato celebrado com a Metro do Porto (MP) para a intervenção dos 960k, de parte da sua frota (35 veículos, com opção de 5 veículos adicionais), irá prolongar-se até finais de 2018. Parte dos materiais foi adquirida antes do início do projeto, facto que também contribuiu para o aumento dos inventários em apreço.

No que respeita ao contrato de prestação de serviços de manutenção da frota da Metro do Porto, celebrado com esta entidade em 26 de dezembro de 2014, que se supunha ser apenas por um período de 4 meses (tempo estimado para o início do contrato de subconcessão do Sistema de Metro Ligeiro da Área Metropolitana do Porto), veio a prolongar-se no tempo tendo havido necessidade de ajustar os inventários detidos para esta prestação de serviços.

O contrato com a Metro do Porto prolongou-se até abril de 2016, tendo nessa data ocorrido novo aditamento ao contrato de subconcessão do serviço de Metro Ligeiro celebrado entre a MP e a Prometro. A Prometro ficou assim responsável pelo serviço de transporte e manutenção, por um período adicional de 24 meses. Em virtude de ser a EMEF o prestador de serviço de manutenção, nessa data, decidiu esta entidade subcontratar os serviços da EMEF por igual período de tempo, ou seja, até abril de 2018, numa lógica de *back-to-back*.



| | Saldo inicial | Compras | Consumos | Regularizações | Saldo final |
|--|-------------------|-------------------|---------------------|-----------------|-------------------|
| Matérias-primas, subsidiárias e de consumo | 26 276 735 | 22 602 071 | (17 827 250) | (17 918) | 31 033 638 |
| | 26 276 735 | 22 602 071 | (17 827 250) | (17 918) | 31 033 638 |

No âmbito destes contratos e de forma a permitir a prestação de serviços sem quebra de qualidade e continuidade, a Metro do Porto colocou à disposição da EMEF/Prometro peças de reserva, sua propriedade, com a condição da respetiva reposição no final do contrato. Sucede que, não sendo as referidas peças inventário da EMEF, sempre que se recorre a este lote, não é efetuado o registo do consumo (gasto), ocorrendo esse registo no momento da reposição do *stock*.

Para reconhecer o gasto no devido período estimou-se que, à data de 31 de dezembro de 2015, o valor dos inventários consumidos nesse período ascendia a 671.405 euros. A estimativa foi efetuada com base nos valores das encomendas já colocadas junto dos fornecedores ou, não existindo encomenda, nos valores suportados com a aquisição de peças com características semelhantes.

Em 2016, em resultado da reposição do *stock* consumido em 2015, reverteu-se a especialização criada no montante de 470.726 euros. Porém, e à semelhança do que se verificou em 2015, também em 2016 ocorreu o consumo de peças de reserva que estavam à disposição da EMEF, mas cuja compra ainda não ocorreu. Foi por isso necessário reforçar a especialização no montante de 501.808 euros.

No cômputo do ano ocorreu um reforço da especialização no montante de 31.083 euros (sinal positivo). Este valor está considerado na coluna regularizações, do quadro acima.

Do montante apresentado nas regularizações, fazem ainda parte as regularizações efetuadas resultantes das contagens de inventário no valor de 49.001 euros (sinal negativo).

PRODUTOS ACABADOS E INTERMÉDIOS

A rubrica produtos acabados e intermédios sofreu um decréscimo no montante de 35.661 euros devido aos seguintes fatores: as saídas para a produção superaram os fabricos em 38.898 euros e existiu uma sobra de inventário aquando das contagens no montante de 3.237 euros.



| | Saldo inicial | Produção | Saídas | Regularizações | Saldo final |
|---------------------------------|----------------|---------------|------------------|----------------|----------------|
| Produtos acabados e intermédios | 977 114 | 89 256 | (128 153) | 3 237 | 941 453 |
| | 977 114 | 89 256 | (128 153) | 3 237 | 941 453 |

PERDAS POR IMPARIDADE

A atualização das perdas por imparidades de inventários está indexada à duração de cada contrato de prestação de serviços celebrado com cada cliente, e os cálculos são apurados tendo em conta o número de anos que faltam para terminar os contratos e as perspetivas de consumo/rotação dos materiais.

Os critérios utilizados são os seguintes:

1. Inventários pertencentes a séries ou equipamentos ativos com consumo nos últimos 9 anos

Considera-se como corrente, e, portanto, não sujeito a qualquer imparidade, todo material que esteja afeto a séries ou equipamentos ativos e também com classificação de estratégicos, exceto o excesso resultante do consumo médio esperado até o término do contrato respetivo. Sobre este excesso é considerada uma imparidade de 75%. Sobre os materiais cuja aquisição tenha ocorrido nos últimos dois anos não é aplicada imparidade.

2. Inventários pertencentes a séries ou equipamentos ativos sem consumo registado nos últimos 9 anos

Os materiais que, embora pertencendo a séries ativas, tenham sido adquiridos há mais de 2 anos e não tenham registado consumo nos últimos 9 anos serão sujeitos a uma imparidade de 80% sobre o seu valor. Sobre os materiais com data de aquisição nos últimos dois anos não é aplicada nenhuma imparidade.

3. Inventários pertencentes a séries ou equipamentos inativos com e sem consumo nos últimos 9 anos

Os materiais classificados como pertencendo a séries de material e equipamentos inativos são sujeitos a uma imparidade de 95% sobre o seu valor.

4. Inventários classificados como Monos e Cativos sem consumo nos últimos 9 anos

Os inventários classificados como Monos ou Cativos pela Direção de Logística, que não registaram consumo nos últimos 9 anos, serão sujeitos a uma perda por imparidade de 95% sobre o seu valor.

5. Inventários classificados como Monos e Cativos com consumo nos últimos 9 anos

Os inventários classificados como Monos ou Cativos pela Direção de Logística, que tenham registado consumo nos últimos 9 anos, mas cujas perspetivas de consumo, face à informação disponível, são residuais serão sujeitos a uma perda por imparidade de 80% sobre o seu valor.

6. Inventários classificados como Obsoletos

Os inventários classificados como Obsoletos pela Direção de Logística serão sujeitos a uma perda por imparidade de 95% sobre o seu valor.

7. Inventários classificados como Estratégicos

Os inventários classificados como Estratégicos pela Direção de Logística e que não tenham consumo registado nos últimos 9 anos serão sujeitos à constituição de uma perda por imparidade a uma taxa constante, calculada sobre 75% do seu valor em função do número de anos que decorre até ao término do contrato. No último ano os bens terão um valor realizável líquido de 25%.

8. Inventários sem identificação

Os inventários que na sua maioria são materiais destinados a conservação (produtos de pintura, limpeza industrial, materiais elétricos e eletrónicos, rolamentos, elementos de fixação/união...), alguns deles com possível aplicação em equipamentos de outros clientes, por não estarem relacionados com o contrato quadro referido e atendendo à sua natureza, serão reconhecidos perdas por imparidade tendo por base o consumo médio e a estimativa de necessidades para um horizonte de 3 anos.

A manter-se o consumo médio, caso o inventário não se esgote em 3 anos, aplica-se uma imparidade de 95% ao excedente. Às aquisições recentes (últimos 2 anos) não se aplica imparidade.

Caso tenha sido adquirido há mais de 2 anos e não tenha registo de consumo aplica-se uma imparidade de 95%.

Durante o período de 2016, o movimento ocorrido nas perdas por imparidade de inventários foi o seguinte:



| | Saldo Inicial | Aumentos | Reversões | Utilizações | Final |
|---|--------------------|------------------|----------------|-------------|--------------------|
| Imparidade - Matérias-primas, subsidiárias e de consumo | (8 246 863) | (114 909) | 122 714 | - | (8 239 058) |
| Imparidade - Produtos acabados e intermédios | (407 215) | (70 215) | 3 012 | - | (474 418) |
| | (8 654 078) | (185 124) | 125 726 | - | (8 713 476) |

As imparidades acumuladas sofreram um acréscimo no montante de 59.398 euros em relação ao ano transato, justificado exclusivamente pela aplicação dos critérios de cálculo de imparidades atrás mencionados.



II NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS // 12.

CLIENTES

A rubrica clientes, nos períodos findos em 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015 apresentava o seguinte detalhe:



| | 31-12-2016 | 31-12-2015 |
|--|------------------|------------------|
| Clientes c/c | | |
| Gerais | 6 825 805 | 5 267 765 |
| Empresa-mãe | 396 116 | 2 608 867 |
| Empreendimentos conjuntos | 251 561 | 466 656 |
| Clientes Cobrança duvidosa | 193 284 | 166 634 |
| Clientes Cauções | 48 450 | 48 450 |
| | 7 715 216 | 8 558 372 |
| Imparidades acumuladas | | |
| Perdas / Utilizações / Reversões por imparidade no período | (33 514) | 85 560 |
| Perdas / Utilizações / Reversões por imparidade de períodos anteriores | (145 429) | (230 990) |
| | (178 943) | (145 429) |
| Total | 7 536 272 | 8 412 943 |

Apesar do aumento do saldo de clientes gerais, justificado essencialmente por um aumento do volume de faturação desta rubrica nos últimos dois meses de 2016 face aos últimos dois meses de 2015, continuou a verificar-se uma tendência de diminuição do valor global do saldo de clientes.

A diminuição na rubrica clientes empresa-mãe vem confirmar a tendência já manifestada no ano anterior, resultado de uma melhoria dos prazos médios de recebimento.

O quadro seguinte evidencia os movimentos das perdas por imparidade no ano de 2016:



| | Saldo Inicial | Aumentos | Reversões | Utilizações | Saldo Final |
|---------------------|------------------|-----------------|------------|-------------|------------------|
| Clientes c/c | | | | | |
| Gerais | (145 429) | (33 702) | 188 | - | (178 943) |
| Total | (145 429) | (33 702) | 188 | - | (178 943) |

A rubrica perdas por imparidade acumuladas de clientes apresenta um aumento de 33.514 euros, não se considerando uma variação relevante.

O quadro seguinte apresenta a antiguidade de saldos de clientes da EMEF, S.A. em 31 de dezembro de 2016 e no período homólogo do ano anterior.

**31-12-2016**

| | Não vencidos | Mora até 90 dias | Mora 90 a 180 dias | Mora 180 a 360 dias | Mora mais de 360 dias | Total |
|-----------------------------------|------------------|------------------|--------------------|---------------------|-----------------------|------------------|
| Clientes c/c | | | | | | |
| Gerais | 5 397 393 | 846 445 | 64 780 | 277 539 | 239 648 | 6 825 805 |
| Empresa-mãe | 316 603 | 55 443 | 7 | 24 063 | - | 396 116 |
| Empreendimentos conjuntos | 214 754 | 22 039 | 14 768 | - | - | 251 561 |
| Clientes cobrança duvidosa | - | - | - | 27 403 | 165 881 | 193 284 |
| Clientes Cauções | - | - | - | - | 48 450 | 48 450 |
| Imparidades | | | | | | |
| Gerais | - | - | - | (19 943) | (159 001) | (178 943) |
| Total | 5 928 750 | 923 926 | 79 555 | 309 062 | 294 978 | 7 536 272 |

31-12-2015

| | Não vencidos | Mora até 90 dias | Mora 90 a 180 dias | Mora 180 a 360 dias | Mora mais de 360 dias | Total |
|--------------------------------------|------------------|------------------|--------------------|---------------------|-----------------------|------------------|
| Clientes c/c | | | | | | |
| Gerais | 4 187 138 | 1 079 106 | 1 522 | - | - | 5 267 765 |
| Empresa-mãe | 2 396 181 | 106 560 | 2 336 | 103 791 | - | 2 608 867 |
| Empreendimentos conjuntos | 496 054 | 21 614 | 40 238 | (53 796) | (37 455) | 466 656 |
| Clientes-Retenção de garantia | - | - | - | - | - | - |
| Clientes cobrança duvidosa | - | - | - | 24 878 | 141 756 | 166 634 |
| Clientes Cauções | - | - | - | 48 450 | - | 48 450 |
| Imparidades | | | | | | |
| Gerais | - | - | - | (7 068) | (138 361) | (145 429) |
| Total | 7 079 373 | 1 207 280 | 44 095 | 116 255 | (34 060) | 8 412 943 |

Em termos relativos, não se evidenciam alterações muito significativas ao nível dos diferentes períodos de mora, constatando-se, porém, um ligeiro aumento nos períodos de mora a partir dos 180 dias no que respeita aos clientes gerais. Este aumento não se afigura preocupante, por um lado, porque é conhecida uma pequena diminuição nos prazos médios de recebimento globais em 2016 face a 2015, por outro porque não foram constituídas imparidades para os documentos que decompõem este saldo por haver um significativo grau de certeza que as situações serão regularizadas a curto prazo.

Em conformidade com o procedimento adotado em anos anteriores, utilizou-se como critério contabilístico o critério fiscal para o cálculo das imparidades relativas aos saldos de clientes em mora (igual ou superior a 180 dias).

Foi, contudo, constituída imparidade a 100% para um documento por ter sido, entretanto, conhecida a incapacidade financeira do cliente para fazer face ao seu compromisso financeiro.

Foram constituídas imparidades somente para a rubrica clientes gerais tendo sido considerados montantes não vencidos os saldos de clientes que não se encontravam em mora.



II NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS // 13.

ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS



| | 31-12-2016 | 31-12-2015 |
|---|------------------|------------------|
| Passivo | | |
| Imposto sobre o rendimento | 383 272 | 94 566 |
| Retenções de imposto sobre o rendimento | 263 393 | 265 758 |
| IVA a pagar | 2 334 336 | 2 508 273 |
| Contribuições para a Segurança Social | 491 714 | 486 037 |
| | 3 472 715 | 3 354 634 |

ATIVO – IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

A EMEF está abrangida pelo Regime Especial de Tributação dos Grupos de Sociedades (RETGS), previsto no Artigo 69.º do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas.

Sendo a CP – Comboios de Portugal, EPE a sociedade dominante compete-lhe proceder à liquidação do Pagamento Especial por Conta (PEC).

Em virtude dos prejuízos consecutivos apresentados pelas Empresas do grupo e da impossibilidade de deduzir esses prejuízos à coleta, a CP optou por requerer o seu reembolso. No âmbito desse pedido, a Autoridade Tributária realizou uma inspeção às contas de 2015. O processo de inspeção às contas da EMEF foi concluído durante o período de 2016, não tendo resultado qualquer correção.

O reconhecimento dos valores do PEC como gasto nas demonstrações das Empresas do grupo ocorre quando o reembolso é recusado por parte da Autoridade Tributária.

PASSIVO - IMPOSTOS

Comparativamente ao ano anterior, a rubrica Estados e Outros Entes Públicos registou um incremento na ordem dos 3,5%, motivado essencialmente pelos seguintes fatores:

- Aumento da rubrica imposto sobre rendimento em cerca de 305%, resultante do aumento do imposto corrente do período, fruto do incremento verificado no resultado líquido obtido;
- Diminuição do imposto sobre valor acrescentado em cerca de 6,9% face ao ano transato.

II NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS // 14.

OUTROS CRÉDITOS A RECEBER



| | 31-12-2016 | 31-12-2015 |
|------------------------------|------------------|------------------|
| Adiantamentos a fornecedores | 215 950 | 71 640 |
| Pessoal | 58 351 | 48 367 |
| Acréscimos de rendimentos | 3 123 108 | 1 320 137 |
| Devedores diversos | 3 111 212 | 3 107 698 |
| Reembolso de despesas | 245 414 | 451 844 |
| | 6 754 035 | 4 999 686 |

Esta rubrica registou um incremento de cerca de 35,09%, face ao período homólogo, que se traduz no montante de 1.754.349 euros.

As variações mais significativas verificaram-se nas seguintes componentes:

ADIANTAMENTOS A FORNECEDORES

No período anterior existia uma rubrica própria no balanço para registar os adiantamentos a fornecedores, conforme divulgado na nota 2.3 – Conteúdos das demonstrações financeiras não comparáveis com o período anterior. Com a entrada em vigor da Portaria n.º 220/2015, os adiantamentos a fornecedores passaram a ser registados na rubrica relativa a Outros créditos a receber. O incremento verificado está diretamente relacionado com a revisão geral dos comboios CPA 4000 da CP-Comboios de Portugal, EPE. Do montante apresentado em 2016, 181.300 euros respeitam a esse projeto.

ACRÉSCIMOS DE RENDIMENTOS

O acréscimo de 137% verificado em 2016 comparado com o período homólogo deve-se, por um lado, ao aumento no número e valor de intervenções em curso à data de 31 de dezembro de 2016, passando de 1.310.198 euros em 2015 para 2.058.326 euros em 2016, e por outro à especialização das bonificações contratuais com o cliente CP no montante de 569.291 euros.

DEVEDORES DIVERSOS

- Mantém-se em dívida o pagamento indevido ao BCP Factoring, no montante de 1.418.121 euros derivado da cedência de créditos da Marginal, entretanto declarada insolvente, a duas entidades distintas: à Caixa de Crédito Agrícola Mútuo e ao Banco Comercial Português. Este montante está provisionado em 50% conforme descrito no Nota 21.Provisões;
- O Metropolitano de Lisboa (ML) e a EMEF acordaram em protocolo, celebrado em 14 de maio de 2009, que o ML demoliria um edifício propriedade da EMEF para instalar o estaleiro de apoio às obras de construção da estação intermodal da



Reboleira e reconstruiria, no prazo máximo de 6 meses após a conclusão da estação, um edifício equivalente, assumindo todos os gastos de reconstrução até ao montante de 2.250.000 euros. Estimava-se que a obra estivesse concluída em 30 de maio de 2012. No entanto, face ao tempo decorrido, a EMEF perdeu o interesse na construção do referido edifício, o que originou a assinatura de uma adenda ao protocolo. Neste último documento foi acordado pelas partes que o ML pagaria à EMEF uma indemnização no montante de 2.000.000 euros de acordo com um plano de pagamento. A esta data foi recebida apenas a primeira *tranche* no montante de 600.000 euros com a assinatura da Adenda. O remanescente deveria já ter sido pago de acordo com os prazos estabelecidos na adenda e que a seguir se indicam:

- 400.000 Euros em dezembro de 2015;
- 500.000 Euros em março de 2016;
- 500.000 Euros em dezembro de 2016.

Esgotadas que estejam todas as tentativas de resolução sem recursos aos meios judiciais, a EMEF avançará com uma ação em tribunal.

II NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS // 15.

DIFERIMENTOS



ATIVO

| | 31-12-2016 | 31-12-2015 |
|----------------------------|----------------|----------------|
| Gastos a reconhecer | | |
| Seguros | 412 974 | 408 274 |
| Diversos | 78 204 | 119 088 |
| | 491 178 | 527 361 |

PASSIVO

| | 31-12-2016 | 31-12-2015 |
|---------------------------------|------------------|------------------|
| Rendimentos a reconhecer | | |
| Fat. p/Conta - Trab. a Real. | 6 038 317 | 5 031 640 |
| Outros Rec. c/ rend. Dif | 11 580 | 9 324 |
| | 6 049 897 | 5 040 963 |

GASTOS A RECONHECER - SEGUROS

A variação de cerca de 1,15% face ao ano anterior está diretamente relacionada com o aumento do prémio dos seguros relacionados com os trabalhadores como consequência do aumento do efetivo.

GASTOS A RECONHECER - DIVERSOS

O decréscimo de cerca de 34,33%, que se verifica nesta componente face ao período de 2015, deve-se essencialmente ao valor dos passes escolares para filhos de trabalhadores no ativo transitado da CP para o período compreendido entre janeiro e julho de 2016 que ficou especializado no final de dezembro de 2015. Esses montantes foram regularizados no decorrer de 2016 através de nota de crédito, pelo facto de as concessões de transportes se tornarem gratuitas a partir de 2016 à semelhança do relatado na nota 32 – Gastos com o pessoal.

RENDIMENTOS A RECONHECER - FATURAÇÃO POR CONTA DE TRABALHOS A REALIZAR

A faturação por conta de trabalhos a realizar engloba os movimentos referentes a faturas parciais emitidas para clientes, conforme as condições contratuais estabelecidas, bem como as correspondentes deduções relativas ao rédito considerado para as obras em curso no final do ano.

Esta rubrica registou um aumento de 1.006.677 euros no final de 2016 comparativamente ao período homólogo justificado essencialmente pelos seguintes motivos:

- Faturação de 45% (783.712 euros) da reparação do primeiro CPA ao abrigo do contrato para a intervenção de meio de vida (R1) dos dez CPA 4000 que compõem a série;
- Faturação de 5% (530.324 euros) do valor total da prestação de serviços de manutenção do contrato de revisão geral dos 960.000 km dos veículos da frota Eurotram da Metro do Porto.

De ressaltar que a faturação total relativa ao contrato para a intervenção de meio de vida (R1) dos CPA 4000, justifica 70% do valor global da faturação por conta de trabalhos a realizar.

RENDIMENTOS A RECONHECER - OUTROS RENDIMENTOS DIFERIDOS

O incremento nesta rubrica de cerca de 24,2% e que se traduz no montante de 2.256 euros deve-se a valores faturados respeitantes a períodos futuros.

Nesta rubrica estão também refletidos os valores referentes a rendas faturadas antecipadamente mas que respeitam ao mês de janeiro de 2017.



II NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS // 16.

CAPITAL SUBSCRITO

O capital social de 8.100.000 euros, representado por 8.100.000 ações ordinárias de valor nominal de 1 euro cada, encontra-se integralmente realizado a 31 de dezembro de 2016 sendo totalmente detido pela CP, EPE.

II NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS // 17.

OUTROS INSTRUMENTOS DE CAPITAL PRÓPRIO

Esta rubrica respeita a prestações suplementares/acessórias concedidas pela CP, no montante total de 10.316.222 euros.

II NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS // 18.

RESERVAS LEGAIS

Estipulam o art.º 295.º do Código das Sociedades Comerciais e os estatutos da EMEF que a reserva legal seja obrigatoriamente dotada com um mínimo de 5% dos resultados anuais até que atinja o valor equivalente a 20% do capital social da Empresa. Esta reserva só pode ser utilizada na cobertura de prejuízos ou no aumento do capital social.

A EMEF, face aos prejuízos transitados de períodos anteriores, tem optado pela cobertura integral destes em detrimento do reforço da reserva legal.

II NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS // 19.

OUTRAS RESERVAS



| | 31-12-2016 | 31-12-2015 |
|------------------------------|----------------|----------------|
| Posição no início do período | 617 458 | 617 458 |
| | 617 458 | 617 458 |

As reservas livres constantes nesta rubrica resultaram da decisão de aplicação dos resultados positivos obtidos no período de 1995 a 1998.

II NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS // 20.

RESULTADOS TRANSITADOS

A variação dos resultados transitados justifica-se pela incorporação do resultado líquido positivo do período de 2015, no montante de 1.378.050 euros conforme decisão da Assembleia Geral do dia 28 de abril de 2016.



| | Saldo inicial | Outras transferências | Saldo final |
|--|---------------------|-----------------------|---------------------|
| Resultados Transitados | (12 158 874) | 1 378 050 | (10 780 823) |
| Resultados Transitados Regularização de Excedentes | 1 226 943 | 3 857 | 1 230 800 |
| Resultados Transitados Ajustamentos de Conversão | (1 703 423) | - | (1 703 423) |
| Resultados Transitados Realização Reserva Reavaliação - 2002 | 8 112 | (3 857) | 4 255 |
| | (12 627 242) | (1 378 050) | (11 249 191) |

Dentro da rubrica de resultados transitados encontram-se registados os excedentes de reavaliação, resultantes da reavaliação livre ao ativo fixo tangível efetuada em 2002 para todos os bens com valor de aquisição superior a 200 euros, ao abrigo da Diretriz Contabilística n.º 16. No período de 2016 foi realizada parte desta reserva, no montante de 3.857 euros. No entanto, esta realização não tem qualquer impacto no total da rubrica Resultado Transitados, uma vez que se trata apenas de uma reclassificação entre sub-rubricas da mesma. A 31 de dezembro de 2016, o montante da reavaliação por realizar ascende a 4.255 euros. De notar que os excedentes de reavaliação, apesar de constarem na rubrica de Resultados Transitados, só ficarão disponíveis após a sua realização.



II NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS // 21.

PROVISÕES

O movimento na rubrica de provisões para o período de 2016, analisa-se como se segue:



| | Saldo inicial | Aumentos | Reversões | Saldo final |
|------------------------------|----------------|---------------|-----------------|----------------|
| Processos judiciais em curso | 93 234 | 55 239 | (85 486) | 62 987 |
| Outras provisões | 709 060 | - | - | 709 060 |
| | 802 294 | 55 239 | (85 486) | 772 047 |

PROCESSOS JUDICIAIS

O saldo desta componente a 31 de dezembro de 2016, no montante de 62.987 euros, corresponde ao valor presente estimado das responsabilidades futuras. O saldo apresentado resulta basicamente de processos instaurados por trabalhadores e ex-trabalhadores da EMEF.

Face ao período homólogo ocorreu uma diminuição motivada essencialmente pela resolução de processos de ex-trabalhadores na qual a EMEF foi absolvida.

OUTRAS PROVISÕES

Processo instaurado contra o Millennium BCP e Outros relativamente à cedência de créditos futuros a duas entidades distintas conforme referido na Nota 14 - Outros créditos a receber.

II NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS // 22.

FINANCIAMENTOS OBTIDOS



| | 31-12-2016 | 31-12-2015 |
|---|-------------------|-------------------|
| Não Corrente | | |
| Instituições de crédito e sociedades financeiras | | |
| Financiamentos bancários | 1 312 500 | 2 187 500 |
| Participantes de capital | | |
| Empresa-mãe - Financiamentos | 13 000 000 | - |
| | 14 312 500 | 2 187 500 |
| Corrente | | |
| Instituições de crédito e sociedades financeiras | | |
| Financiamentos bancários | 875 000 | 875 000 |
| Participantes de capital | | |
| Empresa-mãe - Financiamentos | 500 000 | 13 500 000 |
| | 1 375 000 | 14 375 000 |
| Total | 15 687 500 | 16 562 500 |

Os contratos de empréstimo concedidos pela Empresa-mãe, no montante de 13.500.000 euros, foram convertidos num único contrato de empréstimo a médio e longo prazo.

O contrato formalizado em 2016 determina a amortização do valor em dívida num prazo de 9 anos.

A decomposição por maturidade é a seguinte:



| | 31-12-2016 | 31-12-2015 |
|---|-------------------|-------------------|
| Instituições de crédito e sociedades financeiras | | |
| Financiamentos bancários | | |
| Até 1 ano | 875 000 | 875 000 |
| De 1 a 5 anos | 1 312 500 | 2 187 500 |
| Participantes de capital | | |
| Empresa-mãe - Financiamentos | | |
| Até 1 ano | 500 000 | 13 500 000 |
| De 1 a 5 anos | 8 250 000 | - |
| A mais de 5 anos | 4 750 000 | - |
| | 15 687 500 | 16 562 500 |



O quadro seguinte evidencia, à data de 31 de dezembro de 2016, os pagamentos futuros do capital em dívida e juros estimados dos financiamentos obtidos não correntes.



| | 2018 | 2019 | 2020 | 2021 | 2022 | 2023 | 2024 | 2025 | TOTAL |
|--|------------------|------------------|------------------|------------------|------------------|------------------|------------------|----------------|-------------------|
| Inst. de crédito e soc. financeiras | | | | | | | | | |
| Financiamentos bancários | | | | | | | | | |
| Amortizações | 875 000 | 437 500 | - | - | - | - | - | - | 1 312 500 |
| Juros vincendos estimados | 20 247 | 2 458 | - | - | - | - | - | - | 22 705 |
| Participantes de capital | | | | | | | | | |
| Empresa-mãe - Financiamentos | | | | | | | | | |
| Amortizações | 1 250 000 | 1 500 000 | 1 700 000 | 1 900 000 | 1 900 000 | 1 900 000 | 1 900 000 | 950 000 | 13 000 000 |
| Juros vincendos estimados | 332 767 | 294 738 | 254 388 | 204 583 | 153 957 | 103 332 | 52 891 | 7 363 | 1 404 018 |
| | 2 478 015 | 2 234 695 | 1 954 388 | 2 104 583 | 2 053 957 | 2 003 332 | 1 952 891 | 957 363 | 15 739 222 |

A CP é fiadora da EMEF, junto dos bancos BPI e BES, para o financiamento de 7.000.000 euros, contraído para financiar a aquisição do prédio urbano, sito na Amadora. Em caso de incumprimento, a CP assegurará o pagamento do referido financiamento. À data de 31 de dezembro de 2016, o montante em dívida ascende a 2.187.500 euros.

II NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS // 23.

OUTRAS DÍVIDAS A PAGAR



| | 31-12-2016 | 31-12-2015 |
|-------------------------------|------------------|------------------|
| Corrente | | |
| Fornecedores de investimentos | 331 186 | 110 411 |
| Credores por acréscimos | 5 237 748 | 4 564 796 |
| Outros credores | 15 292 | 22 440 |
| Pessoal | 35 336 | 41 673 |
| | 5 619 562 | 4 739 319 |

FORNECEDORES DE INVESTIMENTOS

Esta rubrica teve um incremento de cerca de 200% face ao período homologado, o que representa um incremento de 220.775 euros, justificado pela aquisição de licenças SAP no final do período de 2016, conforme referido na Nota 8 - Ativos Intangíveis.

CREDORES POR ACRÉSCIMOS

Em 31 de dezembro de 2016, o valor mais significativo nesta rubrica corresponde ao acréscimo por remunerações a liquidar em 2017 relativas à estimativa de gastos com o mês de férias, subsídio de férias e respetivos encargos no montante de 3.301.143 euros. Comparativamente com o período homólogo verificou-se um incremento de 3,03%. Esta variação justifica-se pelo aumento do efetivo, conforme descrito no Nota 32 – Gastos com Pessoal.

A 31 de dezembro de 2016, em credores por acréscimo destacam-se ainda as penalidades contratuais contabilizadas no montante de 494.069 euros à semelhança dos bónus contratuais referidos na Nota 14 – Outros Créditos a Receber.

Desta rubrica consta ainda a especialização de 969.219 euros, referentes ao valor estimado de reposição ou reparação externa de peças de reserva consumidas ou utilizadas no âmbito do contrato de prestação de serviços celebrado com o Metro do Porto, SA. Esta situação está detalhadamente explicada no Nota 11 – Inventários, no que aos materiais se refere. O valor remanescente refere-se a subcontratos necessários à reparação de peças de reserva.

II NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS // 24.

FORNECEDORES



| | 31-12-2016 | 31-12-2015 |
|---|------------------|------------------|
| Fornecedores c/c | | |
| Gerais | 5 788 306 | 6 141 352 |
| Empresa-mãe | - | 14 154 |
| Fornecedor - Retenção de garantia | 82 362 | 19 632 |
| Fornecedores - Cauções | 42 188 | 42 188 |
| Faturas em receção e conferência | 1 135 166 | 809 319 |
| | 7 048 022 | 7 026 645 |

Em 31 de dezembro de 2016 e comparativamente ao período homólogo do ano anterior constata-se, embora com pouca relevância, um aumento global do saldo da rubrica de fornecedores.

Numa visão mais detalhada, salienta-se a redução na rubrica fornecedores gerais, motivada essencialmente pela redução dos prazos médios de pagamento que passaram de 74 dias no final de 2015 para 62 dias no final de 2016, compensada pelo aumento da rubrica faturas em receção e conferência.



II NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS // 25.

VENDAS E SERVIÇOS PRESTADOS



| | 31-12-2016 | 31-12-2015 |
|---------------------------|-------------------|-------------------|
| Serviços Prestados | | |
| Manutenção | 34 470 569 | 30 619 920 |
| Reparação | 28 128 640 | 27 942 310 |
| Reabilitação | 445 598 | - |
| | 63 044 806 | 58 562 230 |
| Total | 63 044 806 | 58 562 230 |

Em 2016, os serviços prestados registaram um acréscimo 4.482.576 euros, face a igual período do ano anterior, em resultado de um aumento significativo da atividade desenvolvida no segmento de negócio de manutenção de material circulante que cresceu 12,58%, destacando-se as intervenções realizadas para os clientes CP, Medrail/Medway e Prometro/Metro do Porto.

De realçar a conclusão da intervenção de Reabilitação/Modificação da Locomotiva a vapor 0186 concretizando-se assim, entre outros, a reconstrução da caldeira da locomotiva a vapor 0186 com reconversão da queima de carvão para fuel.

II NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS // 26.

SUBSÍDIOS À EXPLORAÇÃO

Durante o período de 2016 não foram reconhecidos em rendimentos quaisquer subsídios à exploração:



| | 31-12-2016 | 31-12-2015 |
|---|------------|--------------|
| Subsídios IEFP - Medida de Estágios Emprego (ao abrigo da Portaria n.º 204-B/2013) | - | 6 649 |
| | - | 6 649 |

II NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS // 27.

GANHOS/PERDAS IMPUTADAS DE SUBSIDIÁRIAS, ASSOCIADAS E EMPREENDIMENTOS CONJUNTOS

Os ganhos/perdas imputadas de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos analisam-se da seguinte forma:



| | 31-12-2016 | 31-12-2015 |
|---|----------------|----------------|
| Perdas | | |
| Aplicação do método da equivalência patrimonial | | |
| Nomad Tech | 10 929 | - |
| | 10 929 | - |
| Ganhos | | |
| Aplicação do método da equivalência patrimonial | | |
| Emef/Siemens Ace | 437 323 | 366 651 |
| Nomad Tech | - | 86 915 |
| | 437 323 | 453 565 |
| Total | 426 394 | 453 565 |

As variações corridas nesta rubrica estão explicadas na Nota 9 – Participações Financeiras – Método da Equivalência Patrimonial.



II NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS // 28.

VARIAÇÃO NOS INVENTÁRIOS DA PRODUÇÃO



| | 31-12-2016 | 31-12-2015 |
|---|-----------------|------------------|
| Inventários Finais | | |
| Produtos acabados e intermédios | 941 453 | 977 114 |
| | 941 453 | 977 114 |
| Reclassificação e regularização de inventários | | |
| Produtos acabados e intermédios | - | 177 757 |
| | - | 177 757 |
| Inventários iniciais | | |
| Produtos acabados e intermédios | 977 114 | 1 307 914 |
| | (35 661) | (153 043) |

As principais variações ocorridas nos inventários da produção estão explicadas na Nota 11 - Inventários.

II NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS // 29.

TRABALHOS PARA A PRÓPRIA ENTIDADE



| | 31-12-2016 | 31-12-2015 |
|------------------------|------------|--------------|
| Ativos fixos tangíveis | - | 1 140 |
| | - | 1 140 |

No período de 2016 não foram desenvolvidos quaisquer trabalhos para a própria entidade.

II NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS // 30.

CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS E DAS MATÉRIAS CONSUMIDAS



| | 31-12-2016 | 31-12-2015 |
|--|-------------------|-------------------|
| Matérias-primas, subsidiárias e de consumo | 17 827 250 | 16 396 296 |
| | 17 827 250 | 16 396 296 |

O custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas teve um incremento de 1.430.953 euros. Este aumento está diretamente relacionado com o crescimento da atividade da empresa ao nível da manutenção e reparação essencialmente para os clientes Medway – Operador Ferroviário e Logístico de Mercadorias, S.A. e Metro do Porto.



FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS



| | 31-12-2016 | 31-12-2015 |
|---|-------------------|-------------------|
| SUBCONTRATOS | 4 957 602 | 4 408 895 |
| Serviços especializados: | | |
| Trabalhos especializados | 1 055 168 | 809 434 |
| Publicidade e propaganda | 31 532 | 3 084 |
| Vigilância e segurança | 632 979 | 646 422 |
| Honorários | 26 546 | 39 030 |
| Conservação e reparação | 1 726 590 | 963 463 |
| Materiais: | | |
| Ferramentas e utensílios de desgaste rápido | 402 421 | 316 458 |
| Livros e documentação técnica | 4 588 | 2 444 |
| Material de escritório | 61 417 | 36 241 |
| Artigos para oferta | 1 890 | 6 250 |
| Energia e fluidos: | | |
| Electricidade | 725 618 | 697 740 |
| Combustíveis | 224 163 | 220 581 |
| Água | 103 760 | 105 090 |
| Deslocações, estadas e transportes: | | |
| Deslocações e estadas | 37 386 | 19 330 |
| Transportes de pessoal | 3 252 | 510 |
| Transportes de mercadorias | 169 882 | 186 628 |
| Outros | 32 083 | 26 761 |
| Serviços diversos: | | |
| Rendas e alugueres | 4 157 310 | 4 102 558 |
| Comunicação | 89 722 | 106 836 |
| Seguros | 493 080 | 376 216 |
| Contencioso e notariado | 411 | 3 240 |
| Despesas de representação | 3 595 | 3 470 |
| Limpeza, higiene e conforto | 459 764 | 459 239 |
| Outros serviços | 129 112 | 178 255 |
| | 15 529 870 | 13 718 177 |

Esta rubrica registou em 2016 um acréscimo de 13% face aos valores registados no período homólogo do ano anterior. A variação, no montante de 1.811.693 euros, resulta essencialmente:

- Da intensificação do recurso a subcontratação com o intuito de suprir o incremento do volume de trabalho contratualizado com os clientes, impossível de concretizar com os recursos internos disponíveis;
- Em julho de 2015 verificou-se o aumento do prémio de seguro na sequência da alteração dos capitais seguros objeto das apólices contratadas. Esse aumento no período de 2016 teve um impacto de um ano completo ao invés do período de 2015 que teve um impacto de apenas um semestre;

- Da execução de obras de conservação corrente das instalações oficinais do Entroncamento, no valor de cerca de 744.000 euros, necessárias para a realização da Intervenção de Meia Vida - R1 dos CPA4000 neste local;
- Aquisição de serviços especializados, designadamente de consultoria, de assessoria técnica e jurídica e de apoio informático que, no seu conjunto, representaram um aumento de cerca de 245.000 euros em trabalhos especializados.

As restantes rubricas não sofreram uma variação relevante.

II NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS // 32.

GASTOS COM O PESSOAL



| | 31-12-2016 | 31-12-2015 |
|--|-------------------|-------------------|
| Remunerações dos órgãos sociais | 5 395 | 5 395 |
| Remunerações do pessoal | 19 654 545 | 19 219 740 |
| Indemnizações | 337 122 | 210 160 |
| Encargos sobre remunerações | 4 427 573 | 4 332 449 |
| Seguros de acidentes no trabalho e doenças profissionais | 635 453 | 598 981 |
| Gastos de ação social | 103 587 | 100 437 |
| Outros gastos com o pessoal | 331 565 | 847 005 |
| | 25 495 239 | 25 314 167 |

No período em análise verificou-se um acréscimo da rubrica de gastos com o pessoal na ordem dos 0,7%. Se à análise comparativa se excluir o efeito das indemnizações, esse incremento é de apenas 0,2%.

Durante o período de 2016, a EMEF contratou trabalhadores de modo a reforçar os recursos humanos especializados face aos desafios colocados por novos projetos que se iniciaram neste período, nomeadamente a remodelação profunda dos comboios Alfa Pendular da CP e a revisão geral de 35 veículos Eurotram da Metro do Porto. Desta forma, a empresa assegurou o reforço do seu quadro de pessoal após anos de estagnação. A EMEF terminou o ano com 1.048 trabalhadores contra os 979 no período anterior. Em termos de remunerações ao pessoal, este incremento traduziu-se num aumento de cerca de 2,2% nas remunerações do pessoal e respetivos encargos sobre remunerações.

Relativamente às Indemnizações por mútuo acordo houve um aumento de 60,4% o que se traduziu em 10 saídas contra as 5 saídas de 2015.

A rubrica de Outros Gastos com Pessoal agrega diversos gastos, nomeadamente os gastos referentes a concessões de transportes, seguros de acidentes pessoais, seguros de saúde, formação, medicina do trabalho e complementos de subsídio de doença, tendo sofrido um decréscimo de 60,9% devido essencialmente à gratuitidade das concessões de viagens atribuída a partir de 2016.



OUTROS RENDIMENTOS



| | 31-12-2016 | 31-12-2015 |
|--|------------------|------------------|
| Rendimentos suplementares | 1 298 538 | 795 232 |
| Descontos de pronto pagamento obtidos | 1 279 | 1 373 |
| Ganhos em inventários | 40 246 | 1 948 |
| Correções relativas a exercícios anteriores | 1 129 762 | 299 238 |
| Excesso de estimativa para imposto | 64 368 | 63 223 |
| Diferenças de câmbio favoráveis | 3 112 | 118 |
| Investimentos não financeiros - Sinistros | 34 179 | 22 105 |
| Investimentos não financeiros - Alienações AFT | 154 | - |
| Outros | 158 865 | 26 157 |
| | 2 730 503 | 1 209 395 |

De salientar o acréscimo de 126% verificado no total dos Outros Rendimentos comparativamente com os valores registados no período homólogo é essencialmente explicado pelo:

- Aumento na rubrica de "Rendimentos Suplementares" em resultado do fornecimento do Sistema Lusogate e módulos de reserva ao cliente CP, das deslocações associadas ao serviço de prevenção e emergência prestado à Medway e da realização de diversos serviços a outros clientes, que no seu conjunto totalizam cerca de 478.000 euros;
- Aumento dos valores registados na rubrica "Correções relativas a períodos anteriores", dos quais cerca de 232.000 euros resultam de acertos ao valor dos gastos suportados por renegociação dos prazos dos contratos de AOV de viaturas, e aproximadamente 476.000 euros resultantes de rendimentos imputáveis ao período de março a dezembro de 2015 e apurados no final dos contratos de manutenção celebrados com a CP, já no decorrer de 2016. Destes, 393.000 euros correspondem a desvios à *baseline*.
- Aumento de 116.260 euros, registados rubrica "Outros", relativo à estimativa de bónus/penalidades definidos nos contratos de manutenção celebrados com a CP, imputáveis ao período de março a dezembro de 2016.

II NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS // 34.

OUTROS GASTOS



| | 31-12-2016 | 31-12-2015 |
|--|------------------|------------------|
| Impostos | 37 186 | 65 617 |
| Dívidas incobráveis | - | 251 833 |
| Perdas em inventários | 89 248 | 216 489 |
| Investimentos não financeiros | 527 | 354 |
| Correções relativas a exercícios anteriores | 999 625 | 442 412 |
| Serviços bancários | 20 661 | 39 603 |
| Diferenças de câmbio desfavoráveis | 333 | 156 |
| Gastos e Perdas Financeiras - Juros Suportados | 14 | 3 504 |
| Outros | 699 196 | 67 660 |
| | 1 846 790 | 1 087 628 |

Os valores registados em "Outros Gastos e Perdas" registaram um acréscimo de cerca de 70%, essencialmente justificados por:

- Redução dos gastos com emolumentos registados na rubrica "Impostos", que no ano de 2016 ascenderam a 23.418 euros, pagos ao Tribunal de Contas em resultado da concessão de visto prévio a contratos celebrados com clientes;
- Redução de perdas em inventários face ao período homólogo, em virtude de não terem ocorrido abates de materiais, resultando o valor apurado apenas das contagens de final de exercício;
- Correções relativas a períodos anteriores, das quais se destacam, por um lado, 231.664 euros de acertos aos gastos suportados com o Aluguer operacional de Viaturas em resultado de um processo de renegociação de prazos dos contratos, e 592.090 euros de penalidades contratuais imputáveis ao exercício de 2015, apuradas no final dos contratos específicos de manutenção celebrados com a CP, já no decurso de 2016, para o período de março de 2015 a dezembro de 2015;
- Penalidades contratuais registadas na rubrica "Outros", no montante de 559.071 euros, resultantes dos contratos de manutenção celebrados com a CP, dos quais 460.064 euros correspondem à estimativa imputável ao período de março a dezembro de 2016.



II NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS // 35.

GASTOS/ REVERSÕES DE DEPRECIÇÃO E DE AMORTIZAÇÃO



| | 31-12-2016 | 31-12-2015 |
|------------------------|--------------------|--------------------|
| Gastos | | |
| Ativos fixos tangíveis | (1 010 238) | (1 112 809) |
| Ativos intangíveis | (10 640) | (1 362) |
| | (1 020 879) | (1 114 171) |

Os gastos registados nesta rubrica resultam das depreciações e das amortizações dos bens de acordo com as vidas úteis definidas no ponto 3.2. Políticas contabilísticas relevantes.

A diminuição das depreciações e das amortizações de ativos fixos tangíveis e de ativos intangíveis no período de 2016 está diretamente relacionada com o fraco crescimento das aquisições, fator ao qual se junta o facto de alguns bens existentes terem terminado a sua vida útil no final de 2015 ou durante o período de 2016.

II NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS // 36.

JUROS E GASTOS SIMILARES SUPORTADOS



| | 31-12-2016 | 31-12-2015 |
|--|----------------|----------------|
| Juros de Financiamentos Bancários | 63 996 | 95 627 |
| Juros de Financiamentos Acionista | 366 531 | 516 031 |
| Outros Juros | 20 259 | 59 920 |
| Outros Gastos Relativos Financiamentos Obtidos | 26 060 | 36 344 |
| | 476 845 | 707 923 |

A diminuição global ocorrida na rubrica de juros e gastos similares suportados com os financiamentos deve-se essencialmente à redução das taxas de juro de referência e dos *spreads* cobrados pelos financiadores e a uma redução do endividamento.

II NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS // 37.

IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO DO PERÍODO

O imposto sobre o rendimento do período reconhecido na demonstração de resultados refere-se não só à tributação autónoma apurada de acordo com as regras fiscais em vigor à data do relato, mas também à estimativa do imposto sobre o lucro tributável.

O aumento verificado face ao período anterior deve-se ao aumento do resultado líquido do período.



| | 31-12-2016 | 31-12-2015 |
|---------------------------------------|------------------|------------------|
| Imposto Sobre o Rendimento do Período | (406 577) | (122 900) |
| | (406 577) | (122 900) |

Os prejuízos fiscais que a EMEF tem para reporte à data de 31 de dezembro de 2016 constam do quadro seguinte:



| ANO DE REPORTE DO PREJUÍZO | PERÍODO EM QUE SE PODE DEDUZIR | RESULTADO FISCAL |
|----------------------------|--------------------------------|------------------|
| 2013 | 2014-2018 5 anos | (3 965 417) |

De acordo com a legislação fiscal em vigor, os prejuízos fiscais gerados poderão ser reportados e deduzidos por ordem cronológica de ocorrência durante os períodos indicados no quadro acima, sem, no entanto, exceder o montante correspondente a 70% do lucro tributável.



PARTES RELACIONADAS

À data de 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015, os saldos entre partes relacionadas com referência à estrutura acionista de CP, EPE são os seguintes:



| DESCRIÇÃO | 2016 | | | | | | | |
|--------------------|----------|-------------------------|---|--------------------------|--------------|-----------------------|--------------------|--------------|
| | Ativos | | | | Passivos | | | |
| | Clientes | Outras Contas a Receber | Adiantamentos a Fornecedores e por conta de compras | Adiantamento de Clientes | Fornecedores | Outras Contas a Pagar | Acionistas /Sócios | Diferimentos |
| CP | 396 116 | 594 191 b) | - | - | 2 406 | 600 915 | 13 500 000 | 5 910 141 a) |
| Ecosaúde | - | 83 b) | - | - | 11 455 | - | - | - |
| Fernave | - | - | - | - | 6 199 | - | - | - |
| Saros | - | - | - | - | - | 379 | - | - |
| EMEF/Siemens - ACE | 217 856 | 295 b) | - | - | - | 3 928 | - | 467 334 a) |
| Nomad Tech | 33 705 | 277 460 | 211 997 | - | 412 316 | 4 521 | - | - |

a) O montante refere-se totalmente à rubrica de diferimentos

b) O montante refere-se totalmente à rubrica de devedores e credores por acréscimos

| DESCRIÇÃO | 2015 | | | | | | | |
|--------------------|-----------|-------------------------|---|--------------------------|--------------|-----------------------|--------------------|--------------|
| | Ativos | | | | Passivos | | | |
| | Clientes | Outras Contas a Receber | Adiantamentos a Fornecedores e por conta de compras | Adiantamento de Clientes | Fornecedores | Outras Contas a Pagar | Acionistas /Sócios | Diferimentos |
| CP | 2 608 867 | 2 850 b) | - | - | 14 154 | 309 702 | 13 500 000 | 5 131 071 a) |
| CP Carga | 3 868 859 | - | - | - | - | - | - | - |
| Ecosaúde | - | - | - | - | 12 308 | - | - | - |
| EMEF/Siemens - ACE | 446 003 | - | - | - | - | 91 | - | 250 a) |
| Nomad Tech | 20 653 | 277 460 | - | - | 361 863 | 14 256 | - | 4 992 a) |

a) O montante refere-se totalmente à rubrica de diferimentos

b) O montante refere-se totalmente à rubrica de devedores e credores por acréscimos

As transações entre partes relacionadas apresentam-se como se segue:



| DESCRIÇÃO | 2016 | | | | | | | |
|--------------------|--------------------|--|---|----------------------------|------------------|---|--------------------------------------|-----------------------|
| | Inventários | Investi- mentos | Gastos | | | Rendimentos | | |
| | Matérias Primas | Ativos Fixos Tangíveis e Ativos Intangíveis | Forne- cedores e Serviços Externos | Gastos com o pessoal | Outros Gastos | Gastos e Perdas de Financia- mento | Vendas e Prestação de Serviços | Outros Rendimentos |
| CP | 16 670 | 12 792 | 4 506 153 a) | 2 092 | 1 252 546 b) | 366 531 | 37 587 511 | 1 385 886 c) |
| Ecosaúde | - | - | - | 67 149 d) | - | - | - | - |
| Fernave | - | - | - | 11 477 | - | - | - | - |
| EMEF/Siemens - ACE | - | - | - | - | 32 494 | - | 2 986 117 | 501 843 e) |
| Nomad Tech | 182 298 | - | 916 194 | - | 10 940 | - | 6 596 | 75 731 |

a) Inclui o montante de 76.795 euros referentes à especialização de gastos

b) Inclui o montante de 474.072 euros referentes à especialização de gastos

c) Inclui o montante de 116.260 euros referentes à especialização de rendimentos

d) Inclui o montante de 83 euros referentes à especialização de gastos

e) Inclui o montante de 2.580 euros referentes à especialização de rendimentos

| DESCRIÇÃO | 2015 | | | | | | | |
|--------------------|--------------------|---------------------------|---|----------------------------|------------------------------|---|--------------------------------------|-----------------------|
| | Inventários | Investi- mentos | Gastos | | | Rendimentos | | |
| | Matérias Primas | Ativos Fixos Tangíveis | Forne- cedores e Serviços Externos | Gastos com o pessoal | Outros Gastos e Perdas | Gastos e Perdas de Financia- mento | Vendas e Prestação de Serviços | Outros Rendimentos |
| CP | 19 812 | 6 743 | 4 190 438 a) | 659 223 b) | 227 431 c) | 516 031 d) | 36 688 859 | 215 200 |
| CP Carga | - | - | - | - | - | - | 11 876 497 | 4 251 |
| Ecosaúde | 450 | - | 1 690 | 67 531 | - | - | - | - |
| Fernave | - | - | - | 6 150 | - | - | - | - |
| EMEF/Siemens - ACE | - | - | - | - | 37 455 | - | 3 135 630 | 440 432 |
| Nomad Tech | - | - | 1 226 531 | - | 30 | - | - | 153 237 e) |

a) Inclui o montante de 42.441 euros referentes à especialização de gastos

b) Inclui o montante de 16.708 euros referentes à especialização de gastos

c) Inclui o montante de 81.323 euros referentes à especialização de gastos

d) Inclui o montante de 170.275 euros referentes à especialização de gastos

e) Inclui o montante de 4.992 euros referentes à especialização de rendimentos

Foram suportados os seguintes gastos com trabalhos especializados no período corrente:



Auditoria e Consultoria Fiscal

| | |
|-----------------------|-------|
| Auditoria Externa | 4 500 |
| Consultoria Fiscal | 8 856 |
| Órgão de Fiscalização | 5 395 |



II NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS // 39.

GARANTIAS E AVALES



| | 31-12-2016 | 31-12-2015 |
|---------------------------------------|--------------------|------------------------|
| Garantias Bancárias | | |
| Garantias bancárias recebidas | 1 106 023 | 567 580 |
| Garantias bancárias prestadas | 1 457 725 | 4 310 663 |
| | 2 563 748 | 4 878 243 |
| | Valor Total | Valor Utilizado |
| Garantias do Acionista | | |
| Cartas Conforto (Linhas de crédito) | 6 987 979 | - |
| Cartas Conforto (Garantias bancárias) | 1 060 648 | 1 060 648 |
| Fianças (Financiamentos mlp) | 2 187 500 | 2 187 500 |
| | 10 236 127 | 3 248 148 |

Os compromissos acima identificados não constam das demonstrações financeiras apresentadas.

II NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS // 40.

LOCAÇÕES OPERACIONAIS

O total dos futuros pagamentos para as locações operacionais existentes à data de 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015 são os que a seguir se apresentam:



| | 31-12-2016 | 31-12-2015 |
|-----------------------|----------------|----------------|
| Menos de um ano | 54 288 | 58 588 |
| Entre um e cinco anos | 88 713 | 71 442 |
| | 143 001 | 130 030 |

II NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS // 41.

MATÉRIAS AMBIENTAIS

Durante o ano de 2016 foram desenvolvidas diversas ações das quais se destacam:

Atividades de caráter sistemático:

- Envio dos mapas de resíduos e carregamento no portal SILiAmb (Sistema Integrado de Licenciamento do Ambiente);
- Envio de informação para a APA (Agência Portuguesa do Ambiente), relativa à quantidade recuperada no manuseamento de gases de efeito de estufa em equipamentos fixos;
- Análise e monitorização de requisitos relativos a gases fluorados com efeito de estufa, gases que afetem a camada do ozono, responsabilidade ambiental, vistorias de licenciamento industrial, registos de produção de resíduos, entre outros;
- Consolidação e integração de informação para resposta ao inquérito anual do INE – “Gestão e Proteção do Ambiente”;
- Recolha e organização de dados para o Relatório de Sustentabilidade do Cliente CP;
- Operacionalização de planos de monitorização e comunicação de dados às Entidades Oficiais, nomeadamente Planos de Gestão de Solventes, Registo Anual de Resíduos no portal SILiAmb (Sistema Integrado de Licenciamento do Ambiente) e monitorização de efluentes gasosos e líquidos;
- Gestão e monitorização do contrato global de gestão de resíduos (celebrado a 6 de abril de 2015). Este contrato, que continuou a revelar um desempenho positivo, proporciona o adequado encaminhamento de resíduos de todos os Órgãos oficiais da EMEF e Serviços Centrais para Entidades autorizadas conforme os requisitos ambientais aplicáveis;
- Realização de auditorias internas programadas, considerando também, além de requisitos ligados às normas ISO 9001, NP 4427, Reg. UE445/2011 e HST, a avaliação de requisitos de ambiente.

Atividades de caráter não sistemático:

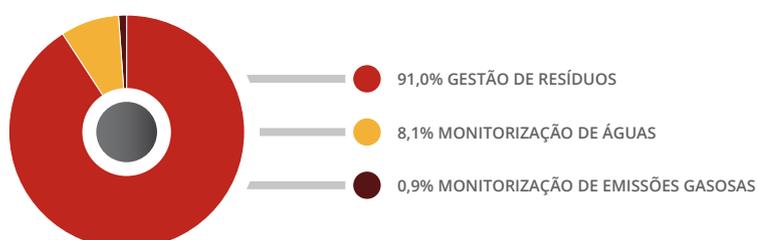
- A SQA SC, com os seus meios internos, preparou as peças de base à contratação de uma avaliação ambiental nas instalações da EMEF na Amadora, por referência às normas NP ISO 14015:2006 - Gestão ambiental. Avaliação ambiental de sítios e organizações (AASO); ASTM E2137-06 (2011) – Standard guide for estimating monetary costs and liabilities for environmental matters. Ainda, a SQA SC analisou as propostas, acompanhou a prestação do serviço e efetuou a receção do mesmo, consubstanciado em relatório.



- No domínio da racionalização de energia:
 - Acompanhamento no âmbito do Sistema de Gestão de Consumidores Intensivos de Energia-SGCIE (Decreto-Lei n.º 71/2008, de 15 de abril), que abrangia Entroncamento e Guifões;
 - Prosseguindo o trabalho iniciado em 2015, foi dado cumprimento ao DL n.º 68-A/2015, de 30 de abril, relativo a auditorias energéticas. Foram assim realizadas, em 2016, auditorias energéticas por entidade reconhecida pela Direção-Geral de Energia e Geologia, em todos os Locais em que a EMEF labora e é titular de um contrato de energia (exceto PON Guifões e POC já cobertos por SGCIE). Este processo foi coordenado pela SQA- Área de Ambiente, em estreita ligação com a Área de Conservação e com os Órgãos Locais.

No domínio do ambiente, durante o ano de 2016 registou-se um gasto aproximado de 118.400 euros, distribuído da seguinte forma:

GASTOS AMBIENTAIS 2016



Na “gestão de resíduos” está associado o encaminhamento de resíduos para destino licenciado para o efeito, incluindo os resíduos da Safetykleen, taxas de gestão de resíduos, bem como limpezas de ETAR e Separadores de Hidrocarbonetos.

A “monitorização de águas” engloba a realização de análises a efluentes líquidos (águas residuais) e análises de controlo para consumo humano.

A “monitorização de emissões gasosas” relaciona-se com a caracterização dos efluentes gasosos das chaminés dos estabelecimentos onde a EMEF labora.

A redução de cerca de 17% nos gastos em matérias ambientais face ao ano anterior relaciona-se com o facto de, em 2015, ter existido um sobrecusto associado a uma limpeza total à ETAR do POC, de carácter extraordinário (não sistemático) e abrangente.

Já face à média dos últimos 3 anos, os gastos em matérias ambientais registam um aumento de cerca de 3%.

II NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS // 42.

OUTRAS INFORMAÇÕES

Proposta de aplicação de Resultados:

Nos termos da lei e dos estatutos, o Conselho de Administração propõe que os resultados líquidos do período de 2016, de 3.499.927,04 (três milhões, quatrocentos e noventa e nove mil, novecentos e vinte e sete euros e quatro cêntimos), sejam transferidos para a conta de resultados transitados.

II NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS // 43.

ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DE BALANÇO

Foi publicado o Decreto-Lei de Execução do Orçamento de Estado (DL n.º 25/2017, de 3 de março), cujo art.º 124.º permite o aumento da massa salarial decorrente do descongelamento das diuturnidades e progressão nas carreiras, incluindo a contagem do tempo entre 31 de dezembro de 2010 e 31 de dezembro de 2016 para efeitos de retoma no corrente ano.

A Empresa irá proceder à reposição do montante global a receber por cada trabalhador em dois momentos distintos: 50% em julho de 2017 e 50% em janeiro de 2018.

O reajuste da especialização do mês de férias e subsídio de férias a pagar em 2017 terá uma correção de estimativa de cerca de 152.000 euros.

Lisboa, 28 de março de 2017

O Conselho de Administração

Diretora Financeira



Dra. Sónia Maria Vieira Caneira Cunha Leão

Presidente



Eng.º Manuel Tomás Cortez Rodrigues Queiró

Contabilista Certificada



Dra. Paula Cristina Tavares Serra Ribeiro

Vogal



Dr. Nuno Serra de Sanches Osório





EMPRESA
DE MANUTENÇÃO
DE EQUIPAMENTO
FERROVIÁRIO, S.A.

Serviços Centrais
Rua das Indústrias, 21
2700-460 AMADORA
Telef.: (+351) 211 027 700
Fax: (+351) 213 578 875
geral@emef.pt
www.emef.pt

